



3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2026-2030)

Relatório Final da Consulta Pública



Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional

Julho de 2026

**3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico
da Região Administrativa Especial de Macau (2026-2030)
Relatório Final da Consulta Pública**

Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional

Julho de 2026

Índice

Introdução	1
I. Situação geral.....	3
1. Situação básica da consulta pública.....	3
2. Análise geral das opiniões da consulta pública	6
3. Situação das opiniões aceites.....	12
II. Síntese de análise.....	15
1. Título I. Fundamentos do plano e exigências gerais	15
2. Título II. Defesa da segurança do Estado e garantia da estabilidade social.....	18
3. Título III. Reforço eficaz da capacidade de governação da RAEM	23
4. Título IV. Promoção sólida do desenvolvimento da diversificação adequada da economia.....	26
5. Título V. Promoção de alta qualidade do estabelecimento da Zona de Cooperação em Hengqin.....	34
6. Título VI. Coordenação do desenvolvimento integrado da educação, ciência, tecnologia e dos quadros qualificados.....	41
7. Título VII. Garantia efectiva e melhoria do bem-estar da população	46
8. Título VIII. Construção de uma Macau bela e inteligente	55
9. Título IX. Aprofundamento da integração e do serviço à conjuntura do desenvolvimento nacional	62
10. Título X. Medidas de garantia para a implementação do Plano.	67
Conclusão.....	71

Introdução

Com vista a estabelecer uma coordenação dinâmica com o 15.º Plano Quinquenal do país, aproveitar melhor as oportunidades do desenvolvimento estratégico nacional, consolidar e reforçar as vantagens competitivas, integrar-nos melhor na conjuntura do desenvolvimento nacional e servi-lo, impulsionar com empenho o desenvolvimento socioeconómico sustentável e de alta qualidade, bem como investir na concretização da tão desejada visão de uma Macau alicerçada no Estado de Direito, dinâmica, cultural e feliz, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), com base no balanço da execução do 2.º Plano Quinquenal e numa ampla investigação e estudo prévios, elaborou o documento de consulta sobre o 3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2026-2030) (adiante designado por Documento de Consulta), cujo período de consulta pública decorreu de 20 de Maio a 28 de Junho de 2026, a fim de auscultar, de forma ampla, as opiniões e sugestões de todos os sectores da sociedade.

Durante o período de consulta, o Governo da RAEM realizou um total de 14 sessões de consulta, destinadas à população em geral e aos diversos sectores da sociedade, incluindo sessões destinadas para a auscultação das opiniões e sugestões dos deputados de Macau à Assembleia Popular Nacional, dos membros de Macau no Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, dos membros do Conselho Executivo e dos deputados à Assembleia Legislativa, 6 sessões destinadas aos sectores profissionais, 3 sessões de consulta pública e 1 sessão destinada à Zona de Cooperação em Hengqin. Paralelamente, foram amplamente recolhidas opiniões por diversos meios, tais como a Conta Única,

documento escrito, telefone, correio electrónico, *fax* e rádio, com o objectivo de consolidar o consenso social.

Após um ordenamento e análise cuidadosa, constata-se que foram recebidas 8.230 opiniões na presente consulta pública, o que corresponde a 2,6 vezes mais do que o número de opiniões recolhidas na consulta do 2.º Plano Quinquenal. A participação activa dos diversos sectores da sociedade e dos cidadãos não só demonstra uma boa interacção entre a sociedade e o Governo, como também reflecte a enorme atenção e o espírito de pertença da população em relação ao futuro desenvolvimento da RAEM, o que traduz a excelente tradição de Macau de “promover a união e valorizar o diálogo”, a harmonia e a tolerância sociais, bem como o reforço constante da coesão social.

O Governo da RAEM atribui grande importância às opiniões e sugestões apresentadas pelos diversos sectores da sociedade e pela população em geral, coordenando as diversas áreas governativas e os serviços competentes para proceder à classificação e ao ordenamento das opiniões e sugestões, estudando e analisando cuidadosamente as mesmas, tendo sido integradas as opiniões e sugestões razoáveis e com maior consenso da sociedade no texto oficial do 3.º Plano Quinquenal, no sentido de assegurar que o projecto do plano reflecta mais fielmente as expectativas da população, esforçando-se por traçar o maior círculo concêntrico baseado na união e na determinação.

I. Situação geral

1. Situação básica da consulta pública

O período de consulta pública sobre o 3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2026-2030) decorreu entre 20 de Maio e 28 de Junho de 2026, num total de 40 dias. O Governo da RAEM realizou um total de 14 sessões de consulta, incluindo 3 sessões públicas, 10 sessões específicas e 1 sessão específica realizada pela primeira vez na Zona de Cooperação em Hengqin (*vide* a Tabela 1). Nas sessões de consulta, foram amplamente auscultadas as opiniões da população em geral, das associações dos diversos sectores e das associações profissionais, bem como das individualidades dos diversos sectores atentas à questão do desenvolvimento de Macau. As sessões de consulta mereceram a atenção alargada e a participação activa da sociedade, tendo-se registado mais de 500 participantes e 180 intervenções.

Tabela 1. Lista de sessões de consulta

	Sessão	Data	Local
1.	Sessão destinada ao sector industrial e comercial	2 de Junho (Terça-feira)	Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional
2.	Sessão destinada aos deputados à Assembleia Popular Nacional	5 de Junho (Sexta-feira)	Centro de Convenções e Entretenimento da Torre de Macau
3.	Sessão destinada aos membros no Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês	5 de Junho (Sexta-feira)	Sede do Governo

	Sessão	Data	Local
4.	Sessão destinada aos deputados à Assembleia Legislativa	5 de Junho (Sexta-feira)	Assembleia Legislativa
5.	Sessão de consulta pública (I)	5 de Junho (Sexta-feira)	Edifício Administração Pública, sito na Rua do Campo
6.	Sessão destinada aos <i>think tanks</i> e aos sectores profissionais	9 de Junho (Terça-feira)	Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional
7.	Sessão destinada aos sectores da <i>big health</i> , finanças, ciência e tecnologia	11 de Junho (Quinta-feira)	Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional
8.	Sessão de consulta pública (II)	14 de Junho (Domingo)	Edifício Administração Pública, sito na Rua do Campo
9.	Sessão destinada às associações de conterrâneos e aos sectores de trabalho e serviço social	17 de Junho (Quarta-feira)	Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional
10.	Sessão destinada aos sectores de educação, juventude, cultura, comunidade macaense e desporto	18 de Junho (Quinta-feira)	Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional
11.	Sessão de consulta pública (III)	23 de Junho (Terça-feira)	Edifício Administração Pública, sito na Rua do Campo

	Sessão	Data	Local
12.	Sessão destinada à Zona de Cooperação em Hengqin	24 de Junho (Quarta-feira)	Comissão Executiva da Zona de Cooperação em Hengqin
13.	Sessão destinada às indústrias do turismo, das convenções e exposições, da cultura e do desporto	25 de Junho (Quinta-feira)	Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional
14.	Sessão destinada ao Conselho Executivo	As opiniões dos membros do Conselho Executivo foram recolhidas através do Conselho Executivo	

Durante o período de consulta, os diversos sectores da sociedade e a população em geral apresentaram e manifestaram, activamente, as suas opiniões sobre o 3.º Plano Quinquenal, nomeadamente:

(1) Os 32 deputados à Assembleia Legislativa da RAEM realizaram, cumulativamente, um total de 154 actividades de diversos tipos, tendo sido recolhidas 789 opiniões. Os Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa procederam à sistematização das opiniões apresentadas pelos 32 deputados e elaboraram um relatório específico que serviu de importante referência para a elaboração do 3.º Plano Quinquenal.

(2) Os representantes das várias principais associações de Macau deslocaram-se pessoalmente à Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional para a entrega dos pareceres e participaram activamente nos colóquios de consulta, estabelecendo uma boa base social para a elaboração do 3.º Plano Quinquenal.

(3) A população em geral apresentou as suas opiniões e sugestões por

diversos meios, tais como a Conta Única, mensagens telefónicas, correio electrónico, *fax*, correio, meios de comunicação social (rádio, televisão, etc.) e novos meios de comunicação social, estabelecendo uma base sólida da opinião pública para a elaboração do 3.º Plano Quinquenal.

2. Análise geral das opiniões da consulta pública

Segundo as estatísticas, foram recolhidos na presente consulta um total de 1.716 pareceres¹, contendo 8.230 opiniões², o que representa, respectivamente, 2,2 vezes e 2,6 vezes os valores registados durante a consulta pública sobre o 2.º Plano Quinquenal. De acordo com o número de pareceres recebidos por diferentes meios, por ordem decrescente, os “pareceres apresentados por iniciativa própria da sociedade”³ representam o maior volume, com um total de 1.191 pareceres (incluindo 848 provenientes da Conta Única e 193 das sessões de consulta); a seguir, registaram-se 277 “pareceres recolhidos na *Internet*”⁴ (incluindo 236 do *Facebook* e 21 do *WeChat*) e 248 provenientes da “comunicação social”⁵.

¹ Entende-se por “um parecer” aquele que é pronunciado/apresentado por um residente/uma associação, numa ocasião/num canal.

² Quando um parecer aborda vários âmbitos/tópicos, considera-se que contém várias opiniões. Um parecer poderá conter várias opiniões.

³ Pareceres apresentados por iniciativa própria da sociedade: refere-se às opiniões recolhidas através de sessões de consulta, Conta Única, página electrónica temática, telefone, correio electrónico, documento escrito e *fax*.

⁴ Pareceres recolhidos na *Internet*: refere-se às opiniões públicas analisadas, de forma sistemática, das diversas plataformas da *Internet*, com o uso das técnicas de mineração da rede. Estas opiniões na *Internet* são provenientes das páginas públicas e grupos de Macau no *Facebook*, fóruns *online*, contas oficiais do *WeChat*, *Instagram*, *YouTube*, *Threads*, *Xiaohongshu* e *Weibo*.

⁵ Comunicação social: refere-se às opiniões relevantes recolhidas através dos principais meios de comunicação social de Macau (jornais, rádio, televisão e meios de comunicação social *online*)

Volume de opiniões recolhidas por origem durante o período de consulta (número de pareceres)

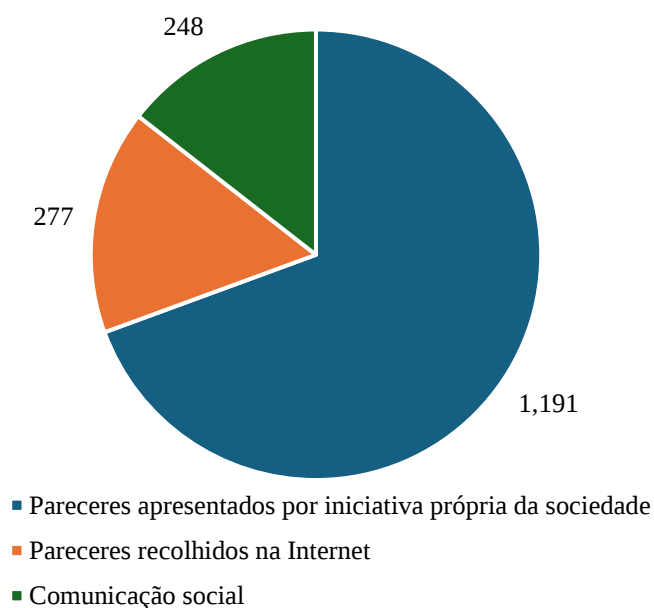


Figura 1. Volume de opiniões recolhidas por origem durante o período de consulta

Os dados demonstram que a população, em geral, apoia o conteúdo do Documento de Consulta, com 92,1% de opiniões positivas⁶, 6,9% de opiniões neutras⁷, e 1,0% de opiniões negativas⁸. A distribuição detalhada das opiniões pode ser consultada na Tabela 2.

O Documento de Consulta contém 10 títulos, 36 capítulos e um total de 69 quadros, destacando-se 8 trabalhos prioritários, cada um apresentado

⁶ Opiniões positivas: referem-se a opiniões que expressam claramente a concordância com o conteúdo relevante do Documento de Consulta, ou que, após análise conjunta, podem ser sintetizadas como tendo natureza de concordância com o conteúdo relevante do documento de consulta.

⁷ Opiniões neutras: referem-se a opiniões que não expressam claramente uma posição sobre o conteúdo relevante do Documento de Consulta, ou a opinião apenas levanta dúvidas relativamente ao conteúdo relevante do Documento de Consulta.

⁸ Opiniões negativas: referem-se a opiniões que expressam claramente a discordância com o conteúdo relevante do Documento de Consulta, ou que, após análise conjunta, podem ser sintetizadas como tendo natureza de discordância com o conteúdo relevante do Documento de Consulta.

sob a forma de título autónomo. Estes abrangem a defesa da segurança do Estado e garantia da estabilidade social, reforço eficaz da capacidade de governação da RAEM, promoção sólida do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, promoção de alta qualidade do estabelecimento da Zona de Cooperação em Hengqin, coordenação do desenvolvimento integrado da educação, ciência, tecnologia e dos quadros qualificados, garantia efectiva e melhoria do bem-estar da população, construção de uma Macau bela e inteligente, e aprofundamento da integração e do serviço à conjuntura do desenvolvimento nacional. Dentre estes, os que receberam maior número de opiniões da sociedade foram os seguintes:

O primeiro é o “Título VII. Garantia efectiva e melhoria do bem-estar da população”, do qual foram sistematizadas 1.777 sugestões e opiniões, correspondendo a 21,6% do total.

O segundo é o “Título IV: Promoção sólida do desenvolvimento da diversificação adequada da economia”, do qual foram sistematizadas 1.320 sugestões e opiniões, correspondendo a 16,0% do total.

O terceiro é o “Título V. Promoção de alta qualidade do estabelecimento da Zona de Cooperação em Hengqin”, do qual foram sistematizadas 1.096 sugestões e opiniões, correspondendo a 13,3% do total.

Tabela 2. Distribuição das opiniões sobre o conteúdo de cada título e capítulo do Documento de Consulta

(1.716 pareceres divididos em 8.230 opiniões)

Tema	Concorda		Sem opinião/Neutro		Discorda		Total	% do Total ⁹
	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Atitude geral em relação ao Documento de Consulta	7.579	92,1%	568	6,9%	83	1,0%	8.230	100,0%
Menção geral ¹⁰	54	70,1%	14	18,2%	9	11,7%	77	0,9%
Título I. Fundamentos do plano e exigências gerais	218	81,0%	45	16,7%	6	2,2%	269	3,3%
Menção geral	169	84,9%	30	15,1%	0	0,0%	199	2,4%
Capítulo I. Ambiente de desenvolvimento	6	46,2%	5	38,5%	2	15,4%	13	0,2%
Capítulo II. Princípios fundamentais	9	90,0%	0	0,0%	1	10,0%	10	0,1%
Capítulo III. Objectivos do desenvolvimento	34	72,3%	10	21,3%	3	6,4%	47	0,6%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Título II. Defesa da segurança do Estado e garantia da estabilidade social	360	92,5%	29	7,5%	0	0,0%	389	4,7%
Menção geral	168	88,9%	21	11,1%	0	0,0%	189	2,3%
Capítulo IV. Aperfeiçoamento do sistema e do mecanismo de defesa da segurança do Estado	28	96,6%	1	3,4%	0	0,0%	29	0,4%
Capítulo V. Melhoria do regime jurídico de defesa da segurança do Estado	11	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	11	0,1%
Capítulo VI. Aumento da capacidade de execução da lei	30	90,9%	3	9,1%	0	0,0%	33	0,4%
Capítulo VII. Construção de uma cidade segura de alto nível	50	98,0%	1	2,0%	0	0,0%	51	0,6%
Capítulo VIII. Empenho na promoção do desenvolvimento e fortalecimento das forças de amor à Pátria e a Macau	73	97,3%	2	2,7%	0	0,0%	75	0,9%
Outros	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	0,0%
Título III. Reforço eficaz da capacidade de governação da RAEM	575	94,6%	33	5,4%	0	0,0%	608	7,4%
Menção geral	179	89,1%	22	10,9%	0	0,0%	201	2,4%

⁹ A soma das parcelas de cada item pode não perfazer o total, devido a arredondamentos.

¹⁰ Menção geral: isto é, menciona nas opiniões o conteúdo do título, mas não são apresentadas opiniões concretas.

Tema	Concorda		Sem opinião/Neutro		Discorda		Total	% do Total ⁹
	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Capítulo IX. Aprofundamento da reforma da administração pública	283	96,9%	9	3,1%	0	0,0%	292	3,5%
Capítulo X. Construção de uma Macau modernizada sob o primado da lei	111	98,2%	2	1,8%	0	0,0%	113	1,4%
Outros	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,0%
Título IV. Promoção sólida do desenvolvimento da diversificação adequada da economia	1.246	94,4%	70	5,3%	4	0,3%	1.320	16,0%
Menção geral	246	86,6%	38	13,4%	0	0,0%	284	3,5%
Capítulo XI. Consolidação e reforço das vantagens de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer	193	96,0%	7	3,5%	1	0,5%	201	2,4%
Capítulo XII. Estabelecimento de uma nova conjuntura de desenvolvimento industrial diversificado	527	96,5%	16	2,9%	3	0,5%	546	6,6%
Capítulo XIII. Criação de um ambiente de negócios mais competitivo	149	98,7%	2	1,3%	0	0,0%	151	1,8%
Capítulo XIV. Aumento da competitividade das pequenas e médias empresas	130	96,3%	5	3,7%	0	0,0%	135	1,6%
Outros	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3	0,0%
Título V. Promoção de alta qualidade do estabelecimento da Zona de Cooperação em Hengqin	993	90,6%	72	6,6%	31	2,8%	1.096	13,3%
Menção geral	160	84,7%	24	12,7%	5	2,6%	189	2,3%
Capítulo XV. Aprofundamento do desenvolvimento integrado de “Macau + Hengqin”	329	83,9%	40	10,2%	23	5,9%	392	4,8%
Capítulo XVI. Promoção da sinergia das indústrias de Macau e Hengqin	219	97,8%	5	2,2%	0	0,0%	224	2,7%
Capítulo XVII. Promoção da integração profunda da vida da população	285	97,9%	3	1,0%	3	1,0%	291	3,5%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Título VI. Coordenação do desenvolvimento integrado da educação, ciência, tecnologia e dos quadros qualificados	826	95,1%	41	4,7%	2	0,2%	869	10,6%

Tema	Concorda		Sem opinião/Neutro		Discorda		Total	% do Total ⁹
	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Menção geral	195	86,3%	31	13,7%	0	0,0%	226	2,7%
Capítulo XVIII. Criação de um sistema educativo de excelência em Macau	252	97,3%	6	2,3%	1	0,4%	259	3,1%
Capítulo XIX. Enfoque na consolidação do desenvolvimento da inovação científica e tecnológica	87	98,9%	0	0,0%	1	1,1%	88	1,1%
Capítulo XX. Criação de um local de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade	292	98,6%	4	1,4%	0	0,0%	296	3,6%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Título VII. Garantia efectiva e melhoria do bem-estar da população	1.629	91,7%	132	7,4%	16	0,9%	1.777	21,6%
Menção geral	283	87,3%	41	12,7%	0	0,0%	324	3,9%
Capítulo XXI. Aperfeiçoamento do sistema de segurança social	136	95,1%	6	4,2%	1	0,7%	143	1,7%
Capítulo XXII. Optimização das políticas demográficas	296	90,5%	25	7,6%	6	1,8%	327	4,0%
Capítulo XXIII. Salvaguarda dos direitos e interesses laborais dos residentes	347	88,7%	40	10,2%	4	1,0%	391	4,8%
Capítulo XXIV. Melhoria da qualidade dos serviços de assistência médica	185	96,9%	3	1,6%	3	1,6%	191	2,3%
Capítulo XXV. Optimização da política habitacional	105	96,3%	4	3,7%	0	0,0%	109	1,3%
Capítulo XXVI. Florescimento da cultura e do desporto	112	98,2%	2	1,8%	0	0,0%	114	1,4%
Capítulo XXVII. Apoio ao crescimento e desenvolvimento dos jovens	143	97,3%	3	2,0%	1	0,7%	147	1,8%
Outros	22	71,0%	8	25,8%	1	3,2%	31	0,4%
Título VIII. Construção de uma Macau bela e inteligente	993	93,6%	60	5,7%	8	0,8%	1.061	12,9%
Menção geral	239	90,9%	24	9,1%	0	0,0%	263	3,2%
Capítulo XXVIII. Optimização do planeamento urbanístico	66	93,0%	5	7,0%	0	0,0%	71	0,9%

Tema	Concorda		Sem opinião/Neutro		Discorda		Total	% do Total ⁹
	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Capítulo XXIX. Aceleração da construção urbana	346	96,6%	12	3,4%	0	0,0%	358	4,3%
Capítulo XXX. Optimização da gestão de tráfego	254	90,7%	18	6,4%	8	2,9%	280	3,4%
Capítulo XXXI. Reforço da protecção ecológica	83	98,8%	1	1,2%	0	0,0%	84	1,0%
Outros	5	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	0,1%
Título IX. Aprofundamento da integração e do serviço à conjuntura do desenvolvimento nacional	447	93,3%	32	6,7%	0	0,0%	479	5,8%
Menção geral	173	86,5%	27	13,5%	0	0,0%	200	2,4%
Capítulo XXXII. Reforço do intercâmbio e da cooperação com o Interior da China e Hong Kong	83	98,8%	1	1,2%	0	0,0%	84	1,0%
Capítulo XXXIII. Estabelecimento de uma plataforma relevante para a abertura de alto nível do país ao exterior	131	97,8%	3	2,2%	0	0,0%	134	1,6%
Capítulo XXXIV. Criação de uma janela importante para o intercâmbio e aprendizagem mútua entre as civilizações sino-ocidentais	59	98,3%	1	1,7%	0	0,0%	60	0,7%
Outros	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
Título X. Medidas de garantia para a implementação do Plano	226	87,3%	29	11,2%	4	1,5%	259	3,1%
Menção geral	121	82,3%	26	17,7%	0	0,0%	147	1,8%
Capítulo XXXV. Reforço da articulação e coordenação do Plano	23	92,0%	2	8,0%	0	0,0%	25	0,3%
Capítulo XXXVI. Aperfeiçoamento do mecanismo de implementação do Plano	82	94,3%	1	1,1%	4	4,6%	87	1,1%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outros	12	46,2%	11	42,3%	3	11,5%	26	0,3%

3. Situação das opiniões aceites

As opiniões aceites para integração no texto do 3.º Plano Quinquenal reportam-se principalmente aos seguintes pontos:

(1) Aprimorar ainda mais os princípios fundamentais e os objectivos de desenvolvimento, aperfeiçoando os principais indicadores de desenvolvimento socioeconómico, mediante a inclusão de indicadores sociais, indicadores vinculativos e indicadores que reflectam o papel de Macau na Zona de Cooperação em Hengqin.

(2) Aperfeiçoar o sistema e o mecanismo de defesa da segurança do Estado, reforçando ainda mais o desenvolvimento do fortalecimento do amor à Pátria e a Macau.

(3) Aprofundar a reforma da Administração Pública, detalhando o planeamento de trabalhos, definindo a lista de revisão dos códigos mais relevantes e dos projectos legislativos importantes.

(4) Reforçar as medidas e políticas para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, definindo objectivos e tarefas para projectos de grande envergadura, nomeadamente o Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau, a serem concretizados no período do 3.º Plano Quinquenal, intensificando a abordagem a temas como a economia comunitária e o ambiente de negócios.

(5) Aprofundar ainda mais o desenvolvimento integrado entre Macau e Hengqin, reforçando a conexão das indústrias das duas regiões, enriquecendo a integração dos serviços relacionados com a vida da população, destacando o papel impulsionador de projectos emblemáticos e da construção do suporte espacial para o desenvolvimento industrial.

(6) Reforçar a abordagem do desenvolvimento integrado de educação, ciência, tecnologia e quadros qualificados, enriquecendo o conteúdo da inteligência artificial.

(7) Especificar e aprimorar os conteúdos da protecção do bem-estar da população, reforçando a garantia dos direitos e interesses dos residentes locais no acesso ao emprego.

(8) Dedicar um capítulo específico à renovação urbana, clarificando melhor os objectivos e as tarefas da renovação urbana, com a inclusão de temas como o sistema de metro ligeiro, as ligações aéreas de passageiros e a mobilidade urbana no quotidiano dos residentes.

(9) Reforçar a cooperação e o desenvolvimento das indústrias da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, expandindo as funções da Plataforma Sino-Lusófona/Hispanica, aprofundando as relações internacionais.

(10) Elaborar listas de projectos prioritários, de distribuição de responsabilidades pelas principais tarefas e de medidas importantes de reforma, reforçando a articulação e coordenação entre os planos, a avaliação e a supervisão da sua execução, optimizando as garantias para a coordenação das políticas.

II. Síntese de análise

1. Título I. Fundamentos do plano e exigências gerais

Capítulo I. Ambiente de desenvolvimento

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, foi recolhido um total de 13 opiniões, dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne à situação de execução do 2.º Plano Quinquenal, foi recebido um total de 5 opiniões, as quais referiram que, de um modo geral, a execução do 2.º Plano Quinquenal obteve resultados significativos, tendo estabelecido uma base sólida e estável para o 3.º Plano Quinquenal. Além disso, há opiniões que apontam para a necessidade de assegurar uma melhor articulação com o 2.º Plano Quinquenal, promovendo maior continuidade e corrigindo as insuficiências verificadas na implementação dos projectos nele previstos.

Segundo, quanto às tendências futuras do desenvolvimento de Macau, o número total de opiniões é de 4. Há opiniões que indicaram que deve ser reforçado a articulação do 3.º Plano Quinquenal com o 15.º Plano Quinquenal do país, de forma a servir melhor a conjuntura da abertura ao exterior de alto nível do País; que se verifica uma cristalização da estrutura industrial, com um ritmo lento na promoção e desenvolvimento de indústrias emergentes; que existem lacunas nos serviços complementares relacionados com vida da população e que a situação demográfica é preocupante.

Capítulo II. Princípios fundamentais

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, foi recebido um total de 10 opiniões. As opiniões mais representativas são as seguintes:

Primeiro, relativamente à articulação plena com as estratégias de desenvolvimento nacional, o número total de opiniões foi de 4. De entre estas, o futuro desenvolvimento de Macau deve ser pensado, posicionado e impulsionado na conjuntura do desenvolvimento nacional, aproveitando plenamente a sua vantagem única de estar ligado à pátria e, ao mesmo tempo, conectado ao mundo exterior, abrindo assim novos horizontes de desenvolvimento nos pontos de convergência entre as necessidades do País e as vantagens de Macau. Também há opiniões que indicaram que deve haver uma articulação completa com as estratégias nacionais, detalhando as vias de implementação do papel de Macau como “um Centro, uma Plataforma, uma Base e um Polo”. Tendo em conta as directrizes estabelecidas no 15.º Plano Quinquenal nacional, devem ser desdobradas em tarefas concretas, projectos prioritários e marcos temporais específicos no âmbito do 3.º Plano Quinquenal de Macau, definindo planos de execução específico.

Segundo, quanto aos princípios fundamentais, foi recebido um total de 6 opiniões. Há opiniões na sociedade que consideram importante incluir uma referência explícita sublinhando que a persistência na salvaguarda da soberania, segurança e interesses de desenvolvimento do país constitui um princípio primordial; além de se manter a orientação para a resolução de problemas, deverá igualmente ter-se em conta uma orientação clara para os objectivos do plano; devem ser identificados o capital, os recursos

humanos, a ciência e tecnologia, a educação e o território como elementos centrais do desenvolvimento, promovendo a optimização da estrutura industrial com base nas leis do mercado e através de mecanismos de mercado; deve ainda ser aprofundada a coordenação regional, impulsionando plenamente a integração entre Macau e Hengqin, articulando-se com a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau para concretizar uma complementaridade de vantagens.

Capítulo III. Objectivos do desenvolvimento

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, foi recebido um total de 47 opiniões. As opiniões mais representativas são as seguintes:

Primeiro, quanto aos objectivos do desenvolvimento, o número total de opiniões foi de 7. De entre estas, há opiniões que sugerem que o 3.º Plano Quinquenal deve continuar a assumir a construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” como posição estratégica central, aprofundando ainda mais o papel de Macau como “um Centro, uma Plataforma e uma Base”; implementar empenhadamente os objectivos de desenvolvimento das quatro indústrias, promovendo o desenvolvimento económico diversificado e de alta qualidade; reforçar plenamente a cooperação com as demais cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau; criar um pólo de agregação de quadro qualificados de elevada qualidade; concretizar, na segunda fase da Zona de Cooperação, os objectivos centrais da integração entre Macau e Hengqin; integrar-se e servir melhor a conjuntura do desenvolvimento do País.

Segundo, relativamente aos principais indicadores de desenvolvimento socioeconómico, 39 opiniões foram recebidas. De entre

estas, há opiniões na sociedade a referir que deve ser assegurado um equilíbrio entre indicadores quantificáveis e a melhoria da qualidade e eficiência, garantindo que os objectivos sejam, simultaneamente, visionários e exequíveis; dar maior ênfase à qualidade dos indicadores, aumentando o número de indicadores quantitativos e de indicadores vinculativos; adicionar a “construção do Estado de Direito” como uma categoria autónoma de indicadores; definir metas por fases no âmbito da investigação científica, aumentando progressivamente a sua proporção no PIB até um mínimo de 1,5%, com uma perspectiva de médio e longo prazo de convergência para a média internacional de 2,6%; estabelecer indicadores para avaliar os resultados da diversificação adequada da economia e indicadores quantitativos de desenvolvimento da indústria científica e tecnológica.

2. Título II. Defesa da segurança do Estado e garantia da estabilidade social

Capítulo IV. Aperfeiçoamento do sistema e do mecanismo de defesa da segurança do Estado

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, foram recolhidas 29 opiniões, dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, em relação ao aperfeiçoamento do sistema organizacional e do mecanismo de funcionamento da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM (CDSE), o número total de opiniões foi de 3. Dentro das opiniões, a sociedade defende que, com base no princípio de “liderança do Governo Central e responsabilidade das regiões administrativas especiais”, deve estabelecer-se mecanismos que garantam o efectivo exercício das

funções dos assessores e assessores técnicos para os assuntos de segurança nacional, reforçando a capacidade de execução e coordenação política da CDSE, bem como os mecanismos de previsão e alerta precoce de riscos; cumprir rigorosamente a responsabilidade constitucional na protecção da segurança nacional, procedendo à reorganização da CDSE e das entidades executivas complementares, promovendo a operacionalização das entidades executivas complementares.

Segundo, relativamente à consolidação e ao aperfeiçoamento do mecanismo de trabalho no âmbito da defesa da segurança do Estado, foi recolhido um total de 5 opiniões. Das quais algumas prestam atenção à criação de um sistema de trabalho em matéria de segurança nacional com competências e responsabilidades claramente definidas e com uma colaboração eficiente, reforçando a coordenação interdepartamental na aplicação da legislação relativa à segurança nacional, aumentando a capacidade de prevenção, análise e tratamento de incidentes relacionados com a segurança nacional ao longo de todo o processo.

Terceiro, em termos de promoção da elaboração do Plano Geral para a Educação sobre a Segurança Nacional da RAEM, foram recebidas 20 opiniões. Segundo estas opiniões, a promoção da elaboração do Plano Geral para a Educação sobre a Segurança Nacional (2027-2032) durante o período do 3.º Plano Quinquenal foi amplamente apoiada pela sociedade. Além disso, a maioria das opiniões propõe em promover empenhadamente a generalização do conceito de “segurança multidimensional”; reforçar de forma prioritária a educação em matéria de segurança nacional entre os trabalhadores dos serviços públicos, os profissionais do ensino e os jovens estudantes; concretizar a cobertura total da educação em segurança nacional.

Capítulo V. Melhoria do regime jurídico de defesa da segurança do Estado

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, que inclui os trabalhos da promoção da legislação de diplomas legais e da revisão de diplomas complementares no âmbito da Lei relativa à defesa da segurança do Estado, foi recolhido um total de 11 opiniões. Entre estas, há opiniões que consideram necessário que o Governo construa um sistema jurídico de garantia integrado; estabeleça um mecanismo de revisão periódica da legislação sobre segurança nacional, permitindo a actualização tempestiva de disposições desactualizadas; desenvolva de forma contínua a legislação complementar nesta área.

Capítulo VI. Aumento da capacidade de execução da lei

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, foi recolhido um total de 33 opiniões, dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne ao aumento da capacidade de segurança nacional em áreas emergentes como as redes, os dados e a inteligência artificial, foram recebidas 27 opiniões. Entre estas, a maioria das opiniões referem que se deve acelerar a elaboração de legislação específica ou orientações relativas à aplicação da inteligência artificial; reforçar a segurança na área da cibersegurança, dos dados e da inteligência artificial; monitorizar de forma contínua os incidentes de cibersegurança; construir um sistema de simulação e exercícios práticos em cibersegurança de múltiplos níveis.

Segundo, quanto ao reforço do combate ao terrorismo e do

branqueamento de capitais, foram recolhidas 4 opiniões. Entre elas, há vozes no sentido que se deve aprofundar o mecanismo de cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau no domínio da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e aos crimes financeiros; combater as actividades financeiras ilegais; estabelecer um sistema de avaliação e colaboração em matéria de fraude nas telecomunicações, branqueamento de capitais e segurança financeira.

Capítulo VII. Construção de uma cidade segura de alto nível

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, foi recolhido um total de 51 opiniões dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, no que concerne ao reforço da gestão de segurança da cidade, foram recolhidas 39 opiniões. De entre estas, há mais opiniões na sociedade a referir a necessidade de reforçar a capacidade da cidade na prevenção e redução de desastres; aperfeiçoar o sistema de alerta precoce de riscos para a segurança da cidade e os mecanismos de coordenação interdepartamental, recorrendo a tecnologias como megadados e inteligência artificial para permitir alertas inteligentes e uma resposta rápida a desastres e eventos súbitos; apoiar as associações no desenvolvimento de serviços de mediação nas comunidades.

Segundo, quanto ao aumento do sistema e capacidade global de prevenção e controlo da segurança da sociedade, foram recebidas 10 opiniões. Entre elas, há vozes no sentido de que se deve continuar a reforçar a governação pública e a capacidade de resposta a eventos súbitos, através da incorporação de tecnologia e do policiamento inteligente; estabelecer

mecanismos especializados de partilha de informações e de aplicação da lei em regime de cooperação; intensificar ainda mais a consciencialização dos cidadãos para a prevenção de fraudes e burlas.

Capítulo VIII. Empenho na promoção do desenvolvimento e fortalecimento das forças de amor à Pátria e a Macau

Relativamente ao conteúdo do presente capítulo, foi recolhido um total de 75 opiniões, dentro das quais as mais representativas são as seguintes:

Primeiro, relativamente à promoção do desenvolvimento e do fortalecimento das associações que amam a Pátria e Macau, o número total das opiniões foi de 8. Das quais algumas referem a necessidade de reforçar o papel de ligação e ponte desempenhado pelas associações que amam a Pátria e Macau no desenvolvimento das indústrias; aperfeiçoar os mecanismos de articulação e colaboração com essas associações; apoiar a formação e a criação de uma reserva de quadros qualificados nessas organizações.

Segundo, no que respeita ao aperfeiçoamento do regime de apoio financeiro a associações, o número total de opiniões é de 16, a maioria das quais mencionou que se deve reforçar o apoio de recursos às associações que amam a Pátria e Macau na prestação de serviços comunitários; rever a lei que “Regula o Direito de Associação”; estabelecer um sistema de fiscalização padronizado das associações que amam a Pátria e Macau, controlando rigorosamente a utilização de fundos públicos; promover o reforço do sentido de responsabilidade social das associações e o planeamento de longo prazo para a participação dos jovens.

Terceiro, quanto ao reforço da divulgação e da educação do amor à Pátria e a Macau, foram recolhidas 44 opiniões, a maioria das quais mencionou que se deve reforçar a educação patriótica; promover o aprofundamento da educação sobre o amor à Pátria e a Macau; aproveitar plenamente a função das actuais bases de educação patriótica existentes em Macau, reforçando os laços emocionais com a pátria; promover a construção de uma reserva de quadros qualificados que amam a Pátria e Macau; criar um sistema integrado de educação do amor à Pátria e a Macau que abranja o ensino básico, o ensino superior e a educação social.

3. Título III. Reforço eficaz da capacidade de governação da RAEM

Capítulo IX. Aprofundamento da reforma da Administração Pública

Foram recebidas, no total, 292 opiniões sobre o conteúdo deste capítulo. Segue-se o resumo de algumas das opiniões e sugestões mais representativas:

Em primeiro lugar, relativamente ao aperfeiçoamento integral da capacidade de coordenação, registaram-se 36 opiniões. Destas, muitas referem a necessidade de persistir e aperfeiçoar ainda mais o sistema de predominância do poder executivo, bem como de reforçar os mecanismos de coordenação entre pessoal de alto nível e interdepartamental, e ainda de definir claramente os limites de competência e responsabilidade dos serviços; criar um regime de substituição de Secretários; criar um mecanismo de coordenação interdepartamental e um regime de acompanhamento e fiscalização; e, através do aprofundamento da

interligação e interconexão de dados, concretizar gradualmente o modelo de serviço *one-stop*, com a dispensa de apresentação de documentos comprovativos em suporte papel, entre outros.

Em segundo lugar, no que diz respeito à promoção da reestruturação funcional dos serviços públicos, foram apresentadas um total de 23 opiniões. A maioria destas opiniões destacou a necessidade de aprofundar a reforma da Administração Pública, promovendo a fusão de serviços e a reorganização de funções, clarificando competências e responsabilidades, eliminando sobreposição de funções e reforçando a eficácia da governação; bem como otimizar a gestão da equipa dos trabalhadores dos serviços públicos, impulsionar a simplificação administrativa e a descentralização dos serviços prestados, de modo a concretizar uma governação moderna com precisão, alta eficiência e que facilite e beneficie a vida da população.

Em terceiro lugar, no que diz respeito à promoção aprofundada da construção da governação electrónica, foram apresentadas um total de 82 opiniões. Dentre estas, muitas referiram a necessidade de promover mais assuntos governamentais de alta frequência a serem integrados no âmbito de “serviço de balcão único”; apoiar a promoção da actualização das plataformas de governação electrónica, bem como a introdução da aplicação de inteligência artificial e a criação de infra-estruturas digitais eficientes e seguras, promovendo a digitalização dos serviços governamentais, dos processos judiciais e da gestão urbana; estabelecer uma plataforma uniformizada de dados; e aprofundar a aplicação da governação electrónica.

Capítulo X. Construção de uma Macau modernizada sob o primado da lei

Foram recebidas, no total, 113 opiniões sobre o conteúdo deste capítulo. Segue-se o resumo de algumas das opiniões e sugestões mais representativas:

Em primeiro lugar, no que diz respeito à persistência e aperfeiçoamento da predominância do poder executivo, foram apresentadas um total de 8 opiniões. Entre estas, existem opiniões que concordam com a exploração da criação de um regime de estudo conjunto entre o Governo e a Assembleia Legislativa na fase inicial dos grandes projectos legislativos, assim como com a optimização do mecanismo de eleição e formação dos deputados, com vista a aumentar a sua capacidade de exercício de funções e a sua representatividade, etc.

Em segundo lugar, quanto à promoção da modernização do sistema jurídico, foram apresentadas um total de 29 opiniões. De entre as opiniões recolhidas, um número significativo refere a criação de um grupo de trabalho especializado dedicado à reforma da legislação fundamental, com o objectivo de promover de forma ordenada os trabalhos de alteração dos cinco grandes códigos. Sugere-se ainda reforçar o mecanismo de avaliação legislativa *ex-post* (retrospectiva) de natureza dinâmica, procedendo à análise abrangente das leis que não tenham sido revistas há muito tempo ou que tenham completado determinado período desde a sua entrada em vigor, tendo em conta critérios como a eficácia da sua aplicação, as reacções da sociedade, entre outros, iniciando oportunamente os processos

de revisão ou revogação. Além disso, destaca-se a necessidade de reforçar a formação de quadros jurídicos com perfil teórico e especializado, etc.

Em terceiro lugar, no que diz respeito ao aperfeiçoamento do sistema e dos mecanismos judiciais e aumento da eficiência judicial, foram apresentadas um total de 39 opiniões. Destas opiniões recolhidas, um número significativo manifesta apoio à criação de um mecanismo sistemático e regular de divulgação das decisões judiciais dos tribunais de primeira instância. Recomendam-se ainda aperfeiçoar de forma acentuada os mecanismos diversificados de resolução de litígios, com a redução das restrições à mediação, a formação de quadros especializados na mediação e a promoção da integração orgânica entre os procedimentos de mediação, arbitragem e processo judicial, desempenhando o papel de canal não processual na triagem dos processos, entre outros.

4. Título IV. Promoção sólida do desenvolvimento da diversificação adequada da economia

Capítulo XI. Consolidação e reforço das vantagens de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer

Foram recebidas, no total, 201 opiniões sobre o conteúdo deste capítulo. Segue-se o resumo de algumas das opiniões e sugestões mais representativas:

Em primeiro lugar, no que diz respeito à optimização e fortalecimento da indústria de turismo e lazer integrados, foram apresentadas um total de 141 opiniões. Dentre estas opiniões, muitas defendem a promoção da integração intersectorial do “Turismo +”, incluindo turismo cultural, de bem-estar e saúde, desporto, entre outros; o enriquecimento dos cenários

diversificados de consumo de turismo cultural, a melhoria das infra-estruturas complementares, tais como transportes, alojamento e restauração e bebidas. Além disso, algumas opiniões salientam a necessidade de equilibrar a capacidade de acolhimento turístico com as necessidades da população local durante o processo de desenvolvimento.

Em segundo lugar, quanto ao reforço da promoção turística no exterior, foram registadas um total de 28 opiniões. Destas, muitas sugerem a expansão dos mercados internacionais de visitantes dos países de língua portuguesa, Europa, América, Médio Oriente e países muçulmanos; a optimização das rotas aéreas internacionais e das medidas de facilitação da entrada; e o estabelecimento de mais pontos de promoção no exterior. Além disso, algumas opiniões referem que as rotas aéreas internacionais de longa distância disponíveis em Macau são ainda poucas.

Em terceiro lugar, no que respeita ao desenvolvimento saudável e ordenado do sector do jogo em conformidade com a lei, foram apresentadas um total de 20 opiniões. Destas opiniões recolhidas, muitas destacaram a necessidade de reforçar o papel de impulso da indústria do jogo sobre as indústrias não jogo; de aperfeiçoar o mecanismo de avaliação do cumprimento dos investimentos não relacionados com jogos pelas empresas concessionárias; e de estabelecer indicadores dualistas para avaliar de forma objectiva a eficácia do desenvolvimento diversificado. Além disso, algumas opiniões salientaram que, na fase actual, é difícil quantificar com precisão os benefícios gerados pela indústria dos jogos no desenvolvimento das pequenas e médias empresas locais e na criação de emprego.

Capítulo XII. Estabelecimento de uma nova conjuntura de desenvolvimento industrial diversificado

Foram recebidas, no total, 546 opiniões sobre o conteúdo deste capítulo. Segue-se o resumo de algumas das opiniões e sugestões mais representativas:

Em primeiro lugar, no que diz respeito à criação do fundo de orientação governamental, foram apresentadas um total de 76 opiniões. De entre as opiniões apresentadas, destacam-se com maior frequência as propostas de adoptar um modelo composto por um fundo-mãe e fundos-filhos para alavancar o capital privado; concentrar-se nas “1+4” indústrias prioritárias e nos projectos sinérgicos entre Macau e Hengqin; aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho, bem como os mecanismos de saída e de tolerância a erros; e promover o desenvolvimento local de empresas de tecnologia e inovação, bem como de pequenas e médias empresas.

Em segundo lugar, quanto à promoção do desenvolvimento da indústria *big health* da medicina tradicional chinesa, foram apresentadas um total de 59 opiniões. Destas, muitas referem aprofundar o efeito sinérgico entre Macau e Hengqin; otimizar o modelo de “Registo em Macau, Produção em Hengqin e Expansão Internacional”; criar uma plataforma sino-lusófona de certificação e comércio para promover a internacionalização da indústria; estabelecer apoio financeiro específico para apoiar a investigação e desenvolvimento, a construção de marcas e a formação de talentos; e fomentar a integração intersectorial entre a

medicina tradicional chinesa, o domínio do bem-estar e saúde, e a tecnologia digital, entre outros.

Em terceiro lugar, no que diz respeito à aceleração do desenvolvimento da indústria financeira com características próprias, foram apresentadas um total de 117 opiniões. Entre elas, houve mais opiniões a sugerir que Macau deve concentrar-se na gestão de fortunas e no mercado de títulos de dívida; aperfeiçoar o regime jurídico do sistema financeiro, diversificar os produtos no mercado, impulsionar o desenvolvimento sinérgico na área financeira entre Macau e Hengqin, bem como reforçar a captação e formação de talentos na referida área; e construir um sistema de serviços financeiros com características sino-lusófonas. Além disso, algumas opiniões destacaram que o mercado financeiro de Macau apresenta uma liquidez relativamente fraca e uma capacidade limitada de irradiação financeira para os países de língua portuguesa.

Em quarto lugar, relativamente ao desenvolvimento das indústrias de tecnologia de ponta adequada a Macau, foram apresentadas um total de 107 opiniões. Das opiniões recolhidas, muitas defendem o enfoque em mercado com potencial, tais como inteligência artificial, economia de baixa altitude, dados aeroespaciais e circuitos integrados; a aceleração da construção do parque tecnológico e da plataforma de computação; bem como a melhoria dos apoios no que respeita à cooperação entre indústria-universidade-investigação, à formação de talentos e à tecnologia financeira. Além disso, algumas opiniões destacaram que o ecossistema local para a indústria de inovação científica e tecnológica ainda é insuficiente e que a eficácia da transformação de resultados científicos e tecnológicos permanece baixa.

Em quinto lugar, no que diz respeito ao aumento da competitividade das indústrias de convenções e exposições e de comércio, foram apresentadas um total de 29 opiniões. Das opiniões apresentadas, muitas recomendam aprofundar o efeito sinérgico entre Macau e Hengqin, implementando o modelo “Um Evento, Dois Locais”; otimizar os mecanismos de subsídios e incentivos para licitação de convenções e exposições; fomentar a realização de eventos para marcas profissionais de alta qualidade; promover a integração digital entre as convenções e exposições, o turismo cultural e o comércio electrónico, desenvolvendo feiras verdes; alargar o espaço de cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa, entre outras.

Em sexto lugar, quanto à promoção do desenvolvimento sustentável das indústrias culturais e desportivas, foram apresentadas um total de 61 opiniões. Destas, muitas referem a criação de propriedades intelectuais (PI) culturais com características urbanas próprias, o desenvolvimento da indústria criativa digital e de espectáculos imersivos; a promoção da integração intersectorial da “Cultura +” e do “Desporto +”, bem como a introdução de grandes eventos desportivos internacionais e espectáculos de grande dimensão; o aperfeiçoamento de equipamentos de apoio das - aprofundando o modelo de coorganização de eventos entre Macau e Hengqin; e o estabelecimento de fundos de apoio específico, completando assim o sistema de formação de talentos cultural e desportivo, e de suporte à cadeia industrial nos correspondentes domínios.

Em sétimo lugar, relativamente à aceleração da promoção do desenvolvimento da economia digital, foram apresentadas um total de 21 opiniões. Entre as opiniões apresentadas, muitas defendem o

aperfeiçoamento da capacidade de computação e das infra-estruturas de rede 5G, bem como o a promoção da digitalização industrial; a criação de computação entre Macau e Hengqin e de canais de dados transfronteiriços; o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas digitais e do comércio electrónico transfronteiriço; a implementação da “Pataca digital” e da plataforma de pagamentos *mBridge*, alargando os cenários de utilização dos meios de pagamento e reforçando a supervisão e segurança dos dados, entre outras.

Em oitavo lugar, no que diz respeito ao apoio redobrado à transformação e modernização das indústrias tradicionais, foram apresentadas um total de 25 opiniões. Das opiniões recolhidas, destacam-se com maior frequência as sugestões para impulsionar as indústrias digitais e inteligentes e a transformação ecológica, otimizar o apoio financeiro e de financiamento; aperfeiçoar a rastreabilidade da marca “MPQC” (Plano de Certificação de Qualidade dos Produtos de Macau); e promover a cooperação de Macau e Hengqin na expansão para o mercado da Grande Baía e dos países de língua portuguesa.

Capítulo XIII. Criação de um ambiente de negócios mais competitivo

Foram recebidas, no total, 151 opiniões sobre o conteúdo deste capítulo. Segue-se o resumo de algumas das opiniões e sugestões mais representativas:

Em primeiro lugar, quanto à promoção do desenvolvimento da economia comunitária, foram apresentadas um total de 72 opiniões. Entre as quais, houve mais opiniões sobre a revitalização dos espaços devolutos

nos bairros comunitários; o desenvolvimento da integração entre a economia nocturna costeira, a feira cultural e criativa e a comunidade desportiva; a criação de passeios turísticos interligados entre Macau e Hengqin nos bairros comunitários; a emissão de vales de consumo para impulsionar o fluxo de visitantes; e ,tomando como referência exemplos de casos ocorridos no Interior da China, a transformação das zonas antigas de Iao Hon e da NAPE. Além disso, houve também opiniões que apontaram as dificuldades de exploração das lojas dos bairros antigos e da homogeneização do desenvolvimento das zonas.

Em segundo lugar, quanto ao reforço e optimização dos trabalhos de captação de investimentos, foram apresentadas um total de 13 opiniões. Entre as quais, houve muitas opiniões sobre a promoção de captação de investimento através das redes empresariais e de exposições; a concretização do modelo de “Sede em Macau + Base em Hengqin”; a captação de empresas através do Fundo das Indústrias Culturais (FIC) e da bonificação fiscal das instalações; o estabelecimento de empresas do exterior em Macau para impulsionar as indústrias locais, entre outros.

Em terceiro lugar, quanto ao aumento do nível de facilitação de investimento e exploração de negócios, foram apresentadas um total de 27 opiniões. De entre as opiniões recolhidas, destaca-se o aprofundamento da reforma “simplificar, descentralizar e optimizar”, a implementação do modelo *one-stop* para aprovação e autorização paralelas dos assuntos comerciais e dos projectos de obras; a aceleração da actualização dos serviços prestados pela Plataforma para Empresas e Associações; a concessão de subsídios fiscais, subsídios ao financiamento e subsídios para instalações industriais, e a redução de restrições às actividades económicas

comunitárias, entre outras. Além disso, segundo algumas opiniões, o tempo necessário para a apreciação e autorização dos pedidos interdepartamentais é relativamente longo.

Capítulo XIV. Aumento da competitividade das pequenas e médias empresas

Foram recebidas, no total, 135 opiniões sobre o conteúdo deste capítulo. Segue-se o resumo de algumas das opiniões e sugestões mais representativas:

Em primeiro lugar, no que diz respeito às políticas e medidas de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, foram apresentadas um total de 60 opiniões. Entre as opiniões mais manifestadas, destacam-se a implementação do mecanismo de cadeia de fornecimento de “as empresas maiores ajudarem as menores”, o lançamento de subsídios especiais para financiamento, a digitalização e expansão internacional das marcas, a revitalização de espaços devolutos para os converter em locais destinados a empreendedorismo, entre outros. Por outro lado, segundo algumas opiniões, os canais de venda transfronteiriços para as PME são limitados e há falta de apoio às indústrias em termos de medidas complementares diferenciadas.

Em segundo lugar, quanto ao aumento do nível de digitalização e de aplicação tecnológica das pequenas e médias empresas, foram apresentadas um total de 32 opiniões. Entre elas, há mais opiniões que defendem a criação de um subsídio específico para a transformação digital; a construção de uma plataforma de computação pública e de partilha do comércio electrónico; o lançamento de um mecanismo de crédito inclusivo

e de reestruturação da dívida; a criação de uma formação gratuita sobre *marketing* de inteligência artificial; a extensão das políticas de apoio a Hengqin, entre outras.

5. Título V. Promoção de alta qualidade do estabelecimento da Zona de Cooperação em Hengqin

Capítulo XV. Aprofundamento do desenvolvimento integrado de “Macau + Hengqin”

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 392 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente ao aperfeiçoamento contínuo do sistema de gestão baseado nos “Quatro Conjuntos”, foram recolhidas 30 opiniões, das quais a maioria aponta que o Governo da RAEM deve, nomeadamente, tomar a iniciativa de articular com a Província de Guangdong e os ministérios e comissões do Estado, por forma a acelerar a implementação de medidas de apoio às entidades de mercado e às pequenas e médias empresas, bem como divulgar periodicamente os progressos da implementação.

Segundo, relativamente ao aprofundamento contínuo da articulação das regras e mecanismos, foram recolhidas 115 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, implementar plenamente a política de gestão separada e de gestão digital de todo o processo, criando regras de segurança para a classificação, por nível e categorias, de circulação de dados transfronteiriça; alargar o reconhecimento mútuo de qualificações

profissionais; e prestar apoio à exploração pioneira de um regime inovador de quadros qualificados na Zona de Cooperação.

Terceiro, em relação ao reforço da conexão dos metros ligeiros de Macau e Hengqin, foram recolhidas 76 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, acelerar a construção do troço de Macau do comboio de alta velocidade Guangzhou-Zhuhai-Macau e do centro modal de transportes do posto fronteiriço de Hengqin, com o objectivo de criar uma linha circular do Metro Ligeiro entre Macau e Hengqin; apoiar a promoção da reconversão de uma via dupla da Linha do Metro Ligeiro de Hengqin; e analisar a possibilidade de construção de um posto fronteiriço integrado de grande envergadura e de uma estação de comboio de alta velocidade em Macau.

Quarto, relativamente à promoção estável da conexão das infra-estruturas, foram recolhidas 84 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, concretizar a construção das novas vias de ligação entre Macau e Hengqin; construir o terminal de carga “*Upstream*” do Aeroporto Internacional de Macau; e apoiar a criação de uma avaliação sobre a integração de transportes transfronteiriços nos postos fronteiriços. Foram ainda manifestadas opiniões sobre as dificuldades existentes que afectam a vida da população, nomeadamente a saída da ilha de Hengqin dos veículos com matrícula única e o congestionamento nos postos fronteiriços durante as horas de ponta.

Quinto, relativamente à construção conjunta dos projectos emblemáticos e do suporte espacial do desenvolvimento industrial, foram recolhidas 59 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente,

articular as indústrias “1+4” de Macau com as “quatro novas” indústrias de Hengqin, para criar uma indústria uniformizada e fechada; apoiar a criação de um mecanismo de incentivo ao modelo “um evento, dois locais”; e apoiar a participação das empresas de lazer de Macau na construção da Zona de Cooperação.

Capítulo XVI. Promoção da sinergia das indústrias de Macau e Hengqin

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 224 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à criação conjunta de um pólo de turismo, cultura, convenções, exposições e comércio, foram recolhidas 34 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, tornar a Zona de Cooperação como o espaço principal para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau; criar um novo modelo de promoção da sinergia das indústrias “Plataforma de Macau + Recurso internacional + Espaço de Hengqin + Partilha de resultados”; construir um sistema de divisão de funções baseado no modelo de “Sede em Macau + Base em Hengqin”; transformar o sector turístico em experiências diversificadas e turismo de bem-estar; e lançar produtos turísticos de alta qualidade do tipo “uma viagem, múltiplos destinos”.

Segundo, relativamente à inovação da cadeia industrial de *big health* da medicina tradicional chinesa, foram recolhidas 39 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, estender a política de “Registo em Macau + Produção em Hengqin” a uma cadeia complementar, incluindo a

marca, a investigação, o desenvolvimento e o fabrico; apoiar a criação de uma cadeia industrial transfronteiriça com foco na medicina tradicional chinesa e nos alimentos típicos; promover o modelo “Padrão de Macau + Construção em Hengqin”, para impulsionar a “Indústria vertical” e a “Conversão da finalidade comercial de edifícios existentes em outras finalidades”; criar uma zona temática, tais como uma rua ou zona com marca de Macau; aproveitar Hengqin para proporcionar espaço de desenvolvimento às pequenas e médias empresas de Macau; e intensificar o reconhecimento mútuo de qualificações no sector da construção.

Terceiro, relativamente ao cultivo conjunto da indústria de tecnologia de ponta, foram recolhidas 46 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, construir um parque industrial para comércio electrónico transfronteiriço e um centro de capacidade computacional, concedendo subsídios específicos de arrendamento a longo prazo, armazenagem e assuntos aduaneiros; aperfeiçoar as orientações relativas à utilização dos fundos destinados à investigação científica e tecnológica e à passagem fronteiriça das amostras e equipamentos; aproveitar plenamente o Fundo de Orientação na transformação dos resultados de investigação científica e tecnológica, criando vias exclusivas para agentes tecnológicos, entre outros profissionais especializados em falta; criar um fundo específico à cooperação transfronteiriça e internacionalização; e incluir a transformação dos resultados na avaliação para efeitos de título profissional nas instituições de ensino superior.

Quarto, relativamente à construção conjunta de um novo panorama financeiro transfronteiriço entre Macau e Hengqin, foram recolhidas 40 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, concretizar as

políticas financeiras, fiscais e passagem fronteiriça, no sentido de estender à Zona de Cooperação as políticas de apoio e benefícios fiscais aplicáveis às empresas de Macau; apoiar a ampliação do reconhecimento mútuo transfronteiriço de qualificação profissional e a criação de um centro de certificação *one-stop*; e articular com o sistema industrial moderno do País. Além disso, parte das opiniões aponta para as diferenças jurídicas e a articulação fiscal, sugerindo a prestação de apoio *one-stop* para reduzir os custos de tentativa e erro das pequenas e médias empresas no desenvolvimento transregional.

Quinto, relativamente à optimização do ambiente de negócios e ao reforço da captação de investimentos, foram recolhidas 31 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, criar um “regime de avaliação de benefício efectivo das empresas de Macau nos projectos industriais Macau-Hengqin”; e criar em conjunto um sistema de indicadores reais que inclua estatísticas sobre o número de empresas com capitais de Macau, número de escritórios e postos de trabalho, lucros operacionais e despesas de investigação e desenvolvimento, implementando um mecanismo de verificação para a concessão e fiscalização de subsídios após a aprovação dos projectos.

Capítulo XVII. Promoção da integração profunda da vida da população

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 291 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à criação de um círculo de vida de qualidade convergente com o de Macau, foram recolhidas 62 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, alargar o âmbito dos pedidos de autorização de residência em Hengqin, promovendo o uso do cantonês, dos caracteres tradicionais chineses e do português; criar um mecanismo de colaboração na prestação conjunta de serviços destinados aos trabalhadores da Grande Baía e à garantia dos seus direitos e interesses; e alargar o conceito “Dar prioridade às crianças”. Para além disso, foram apresentadas sugestões no sentido de estudar, em conjugação com a renovação urbana, a possibilidade do modelo transitório de mudança habitacional para a aquisição de habitação de prédios antigos sem elevadores em Macau em troca, a título compensatório, de uma outra de maior dimensão em Hengqin.

Segundo, relativamente ao melhoramento do sistema de apoio ao empreendedorismo e ao emprego para os jovens de Macau, foram recolhidas 73 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, estender o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo a Hengqin, realizando acções de formação profissional transfronteiriça e de certificação específicas destinadas às indústrias-chave; otimizar e alargar a rede de serviços integrados de trabalhadores, criando serviços de arbitragem e mediação de litígios laborais; e melhorar os equipamentos complementares associados à passagem transfronteiriça regular e às residências para jovens.

Terceiro, relativamente à criação de um sistema de cuidados de saúde em articulação com as condições de Macau, foram recolhidas 28 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, acelerar a construção de hospitais de nível 3-A, promovendo a cobertura total da liquidação directa

de seguro de saúde de Macau nos hospitais designados em Hengqin e articulando os sistemas de registo académico e de seguro de saúde; elaborar, em conjunto pelos serviços de saúde das duas regiões, uma lista de serviços médicos transfronteiriços, criando uma lista de transferência transfronteiriça de consultas médicas, de reconhecimento mútuo dos exames imagiológicos e de classificação e organização dos serviços de cuidados a idosos.

Quarto, relativamente à promoção da integração dos cuidados a idosos transfronteiriços com os serviços sociais, foram recolhidas 52 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, implementar uma lista de formalidades transfronteiriças de segurança social, clarificando os procedimentos para tratamento transfronteiriço da pensão para idosos e dos diversos subsídios, a fim de pôr em prática a concretização do esquema de “Inscrição de segurança social num dos locais, gozo nas duas regiões”; apoiar o funcionamento transfronteiriço das instituições de serviços sociais de Macau; e aperfeiçoar as políticas complementares para resolver as dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas, tais como elevados custos de renda e dificuldades de financiamento.

Quinto, relativamente ao aprofundamento da cooperação educacional e ao estabelecimento de um pólo de quadros qualificados, foram recolhidas 52 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, consolidar o suporte de quadros qualificados, incentivando, com a construção da Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, a colaboração entre as instituições de ensino superior do Interior da China e de Macau, na organização de cursos profissionais específicos e na criação de graus académicos aplicados com reconhecimento mútuo de qualificação

profissional de várias regiões; integrar os recursos locais de instituições de ensino superior e do sector empresarial, optimizando o sistema de formação de quadros qualificados; criar, em parceria com a Zona de Cooperação e com base na Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin e nas plataformas de suporte de quadros qualificados de Macau e Hengqin, uma plataforma centralizada de quadros qualificados de educação internacional, no sentido de construir uma marca de captação de quadros qualificados com reconhecimento global; e construir uma ecologia de desenvolvimento integrado de “atração, formação e retenção de quadros qualificados”.

6. Título VI. Coordenação do desenvolvimento integrado da educação, ciência, tecnologia e dos quadros qualificados

Capítulo XVIII. Criação de um sistema educativo de excelência em Macau

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 259 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente ao aperfeiçoamento do sistema educativo e optimização da afectação de recursos, foram recolhidas 91 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, apoiar a iniciação antecipada do planeamento do ensino não superior para os próximos dez anos, publicando, o mais rápido possível, o relatório do estudo sobre as alterações demográficas da população em idade escolar, e criando indicadores sobre a tendência demográfica, o rácio turma/professor e a taxa de utilização das instalações escolares; apoiar a fusão ou reconversão de escolas com

insuficiência de alunos e a definição de critérios para a constituição de turmas; e proceder à manutenção de estabilidade do investimento na educação, aumentando gradualmente a proporção do financiamento de educação no PIB.

Segundo, relativamente ao aprofundamento da inovação pedagógica e da reforma curricular, foram recolhidas 127 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, apoiar a construção, por parte do Governo, de uma plataforma digital unificada para a educação, programando conteúdos pedagógicos de inteligência artificial, de acordo com diferentes fases, e desenvolvendo materiais didáticos locais; aproveitar a Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin para criar cursos integrados de licenciatura, mestrado e doutoramento e programas de graus académicos aplicados; e criar uma lista regular de correspondência das necessidades das indústrias, promovendo uma cadeia completa de “investigação básica universitária - transformação experimental do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias - industrialização empresarial”.

Terceiro, relativamente à promoção do progresso e desenvolvimento dos docentes e alunos, foram recolhidas 26 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, apoiar a melhoria dos mecanismos de tratamento de queixas entre famílias e escolas, disponibilizando proporcionalmente pessoal de apoio administrativo às escolas; apoiar o reforço do aconselhamento psicológico nas escolas, criando um sistema de arquivo de estado psicológico dos alunos e um sistema de intervenção graduada em crise psicológica dos alunos; e desenvolver a disciplina de história como um programa essencial de educação do amor à Pátria e a Macau para reforçar mais o espírito patriótico dos alunos.

Capítulo XIX. Enfoque na consolidação do desenvolvimento da inovação científica e tecnológica

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foram recolhidas, no total, 88 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente ao aperfeiçoamento do ecossistema de inovação científica e tecnológica, foram recolhidas 35 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, apoiar o lançamento, quanto antes, por parte do Governo, de uma estratégia de desenvolvimento da inteligência artificial, estabelecendo um mecanismo colaborativo para a “integração da educação, tecnologia e quadros qualificados”; apoiar a criação do Fundo de Orientação Governamental e a aceleração da construção de uma plataforma de capacidade computacional, aumentando a proporção da dotação financeira destinada à investigação básica para mais de 13% e investindo, em cinco anos, pelo menos 5 mil milhões de patacas em investigação inovadora e desenvolvimento científico e tecnológico; e aditar um capítulo específico sobre a inovação científica e tecnológica, transformando o conceito “O Governo a adquirir preferencialmente os resultados de inovação locais” em indicadores quantificáveis.

Segundo, relativamente ao reforço dos trabalhos de transformação dos resultados de investigação científica e desenvolvimento tecnológico das instituições de ensino superior, foram recolhidas 49 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, apoiar o estabelecimento de um mecanismo de resposta sobre o conceito “as indústrias apresentam os desafios, as universidades desenvolvem as soluções, o Governo cria

condições e o mercado avalia”, criando um fundo de prova de conceito, da plataforma de produção piloto e dos mecanismos de protecção de patentes e de distribuição de rendimentos; apoiar os quatro Laboratórios de Referência do Estado, impulsionando o modelo de “investigação e desenvolvimento em Macau + transformação em Hengqin”; conceder autonomia aos investigadores científicos na distribuição de proveitos resultantes da transformação dos seus resultados; e promover a criação de um corredor de inovação científico-tecnológico Macau-Hengqin, visando uma ligação perfeita entre Indústria-Universidade-Investigação.

Capítulo XX. Criação de um pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 296 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à implementação de estratégias abertas, precisas e eficazes de captação de quadros qualificados, foram recolhidas 84 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, apoiar o enfoque na captação precisa de quadros qualificados nas quatro indústrias prioritárias, criando um sistema de captação em camadas; apoiar a optimização dos procedimentos de apreciação, criando uma via rápida para a entrada dos quadros qualificados em falta; e, em simultâneo, conceber de forma coordenada, as políticas demográficas e de captação de quadros qualificados, optimizando a estrutura demográfica mediante a captação de quadros qualificados.

Segundo, relativamente à criação de um sistema estruturado de

formação de quadros qualificados, foram recolhidas 144 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, apoiar o aprofundamento da interacção entre a educação local e a indústria, de modo a impulsionar o ajustamento da configuração curricular das instituições de ensino superior em torno da estratégia industrial “1+4”; apoiar a optimização do “Programa de Prémios por Formação e Exames de Credenciação dos Quadros Qualificados”, criando um mecanismo de actualização dinâmica da lista de credenciação; criar oportunidades de estágio em organizações internacionais para os jovens, aprofundando as acções de formação conjuntas com as instituições de ensino superior dos Países de Língua Portuguesa, da Europa e dos Estados Unidos da América; e reforçar o mecanismo de “formação orientada” para a captação de quadros qualificados.

Terceiro, relativamente à criação de um ambiente de excelência para quadros qualificados, foram recolhidas 56 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, apoiar a articulação da política de quadros qualificados com as políticas industriais, demográficas e habitacionais, proporcionando benefícios complementares aos quadros qualificados; acelerar o lançamento do “Cartão de Quadros Qualificados de Macau e Hengqin”, integrando as funções de facilitação de residência e reconhecimento mútuo de qualificações profissionais; criar um mecanismo de coordenação interdepartamental para distinguir os tipos de quadros qualificados e coordenar a apreciação e autorização da renovação; e construir, com base nos Laboratórios de Referência e na Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, uma base de formação de quadros qualificados pelas empresas predominantes.

7. Título VII. Garantia efectiva e melhoria do bem-estar da população

Capítulo XXI. Aperfeiçoamento do sistema de segurança social

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 143 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente ao aperfeiçoamento do regime de segurança social de dois níveis, foram recolhidas 32 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, aumentar oportunamente a pensão para idosos e dos subsídios, reforçando o apoio aos idosos, grupos vulneráveis e cuidadores de família; promover o regime de previdência central de natureza não obrigatória para natureza obrigatória, estabelecendo um calendário e um mapa para o efeito; e reforçar as garantias de aposentação.

Segundo, relativamente ao apoio constante a grupos vulneráveis, foram recolhidas 67 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, aperfeiçoar o mecanismo de apoio preciso e os diferentes tipos de subsídios; promover o alinhamento do bem-estar com o índice de preços; reforçar o apoio transfronteiriço; promover o emprego para os grupos vulneráveis e a integração social; acelerar a produção legislativa em matéria de ambiente sem barreiras; e desenvolver o mapa electrónico para deslocação sem barreiras.

Terceiro, relativamente à promoção do desenvolvimento dos serviços sociais, foram recolhidas 27 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, promover a aplicação da automação inteligente dos serviços de cuidados a idosos com a gerontecnologia; reforçar a construção

de um sistema digital sem barreiras; acelerar a criação de um “círculo de serviços comunitários para idosos num raio de 15 minutos”; reforçar a formação profissional de quadros qualificados na área dos serviços sociais, estabilizando a equipa profissional dos serviços sociais; e concretizar o “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos 2026 a 2035”.

Capítulo XXII. Optimização das políticas demográficas

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 327 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, no que concerne à iniciação da monitorização, planeamento e estudo da população, foram recolhidas 35 opiniões, das quais a maioria sugere ao Governo, nomeadamente, definir expressamente os objectivos do desenvolvimento demográfico, coordenando os planeamentos nos âmbitos de incentivo à natalidade, captação de quadros e integração entre Macau e Hengqin, e criando um mecanismo interdepartamental de estudo relacionado; e aperfeiçoar a estrutura populacional.

Segundo, em relação à resposta proactiva à baixa taxa de natalidade, foram recolhidas 143 opiniões, das quais a maioria propõe proceder à coordenação estratégica, de alto nível, das políticas favoráveis à natalidade, integrando apoios económicos, habitacionais e psicológicos e assistência médica, assim como criando um grupo interdepartamental para o efeito; aliviar o encargo da parentalidade para aumentar a vontade de ter filhos; promover a educação parental e as políticas de apoio à família no ambiente de trabalho; optimizar o subsídio de assistência na infância; criar um sistema de apoio à parentalidade que abrange todo o ciclo gravídico-

puerperal e de criação dos filhos; alargar o leque de serviços de acolhimento de crianças; e promover benefícios fiscais.

Terceiro, relativamente ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços de apoio a idosos, foram recolhidas 92 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, acelerar a implementação do “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos 2026 a 2035”, aperfeiçoando o sistema de cuidados a idosos assente no envelhecimento em casa e com apoio comunitário; aumentar o número de vagas em lares para reduzir o tempo de espera; reforçar a colaboração na prestação de serviços transfronteiriços de cuidados a idosos; e promover o envelhecimento inteligente, divulgando a utilização da telemedicina e dos dispositivos tecnológicos inteligentes. Além disso, algumas opiniões apontam, nomeadamente, para o atraso em alocação de mais recursos destinados aos serviços de terceira idade e a falta de lares e serviços comunitários.

Capítulo XXIII. Salvaguarda dos direitos e interesses laborais dos residentes

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 391 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, em relação à garantia de prioridade dos residentes locais no acesso ao emprego, foram recolhidas 137 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, garantir a prioridade de emprego para os residentes locais, aumentando a proporção dos trabalhadores locais em cargos de gestão e promovendo as oportunidades de emprego para jovens e indivíduos de meia e terceira idade; aprimorar a plataforma de dados

sobre emprego; otimizar as políticas de estágio e de regresso dos quadros qualificados de Macau; e garantir os direitos e interesses laborais dos residentes de diversos estratos sociais.

Segundo, quanto ao aumento da competitividade dos residentes locais no emprego, foram recolhidas 55 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, alargar a cobertura do plano específico de “Emprego + Formação”, reforçando as acções de formação por encomenda e com componente prática e os incentivos à certificação profissional; e otimizar os serviços relativos ao planeamento de carreira e aconselhamento personalizado, no sentido de conjugar os recursos das associações e empresas, reforçar a eficácia das acções de formação e melhorar a taxa de reconversão profissional, e contribuir para o desenvolvimento de competências e a promoção do emprego de alta qualidade dos residentes.

Terceiro, no âmbito do aprimoramento do mecanismo de apreciação e autorização da contratação de trabalhadores não residentes, foram recolhidas 89 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, promover a partilha de dados e a fiscalização conjunta por diversos serviços para se obter um conhecimento mais preciso sobre a oferta e procura de mão de obra; reforçar a transparência na fiscalização, para assegurar a adequação e a conformidade do regime de contratação de trabalhadores não residentes; otimizar os procedimentos de autorização da contratação de trabalhadores não residentes para garantir os direitos e interesses dos trabalhadores locais no emprego e aumentar a eficácia na alocação de recursos humanos; e criar um mecanismo de ajustamento e controlo dinâmico e de saída dos trabalhadores não residentes.

Capítulo XXIV. Melhoria da qualidade dos serviços de assistência médica

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 191 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, no que concerne à melhoria da qualidade do serviço público de cuidados de saúde e assistência médica especializada, foram recolhidas 102 opiniões, das quais a maioria aponta para a necessidade de, nomeadamente, otimizar os cuidados de saúde, reduzindo o tempo de espera e promovendo a colaboração entre os sectores público e privado e a integração de recursos médicos transfronteiriços; melhorar a qualidade de diagnóstico e tratamento de doenças complexas e graves; fomentar a descentralização de recursos médicos para a comunidade, no sentido de reforçar a rede de cuidados de saúde primários; promover o desenvolvimento da medicina tradicional chinesa e da saúde inteligente; e aperfeiçoar a formação especializada e o reconhecimento de qualificações profissionais.

Segundo, no que se refere ao apoio ao desenvolvimento das instituições médicas não lucrativas e privadas, foram recolhidas 9 opiniões, das quais uma parte aponta que o Governo deve, nomeadamente, assumir um papel orientador no desenvolvimento diferenciado entre os sectores público e privado na área da saúde, evitando a sobreposição de investimentos e o fluxo unilateral de profissionais de saúde e reforçando o papel das instituições sem fins lucrativos e privadas; aumentar a eficácia do uso dos vales de saúde; e potenciar o papel relevante das instituições médicas privadas na prestação de serviços comunitários.

Terceiro, quanto à promoção da saúde física e mental da população, foram recolhidas 55 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, intensificar a implementação do “Plano de Acção para Macau Saudável”, no sentido de melhorar o nível de saúde da população e promover a prevenção de doenças; promover a proibição de fumar em todos os espaços públicos fechados ou ao ar livre; reforçar as acções de sensibilização e educação sobre a saúde e o alargamento dos serviços de medicina tradicional chinesa; e estender os programas de rastreio comunitário e a realização de exames médicos regulares à população sénior.

Capítulo XXV. Optimização da política habitacional

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 109 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, em relação à promoção da construção de habitação social, foram recolhidas 16 opiniões, das quais uma parte aponta para a necessidade de, nomeadamente, otimizar o mecanismo de atribuição, no sentido de acelerar a construção da habitação social e o procedimento de apreciação, reduzir o tempo de espera, e responder prioritariamente às necessidades habitacionais de famílias de baixos rendimentos, jovens e famílias com filhos menores.

Segundo, no que diz respeito à optimização da política de habitação económica, foram recolhidas 28 opiniões, das quais a maioria aponta que o Governo deve, nomeadamente, aliviar os critérios de elegibilidade e reduzir o preço de aquisição, acelerando a construção das habitações económicas e do procedimento de apreciação; proceder ao estudo sobre a

criação de um mecanismo de permuta de habitação económica e de mudança de tipologias de fracções; e responder às necessidades habitacionais dos jovens e recém-casados.

Terceiro, quanto à optimização da política de residência para idosos, foram recolhidas 20 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, melhorar a concepção dos apartamentos, com a introdução de tipologias compartimentadas; promover a colaboração entre o Governo e o sector privado, no sentido de alargar a oferta de fracções, com projectos distribuídos por diferentes zonas da cidade; e introduzir elementos da indústria prateada e a tecnologia de cuidados inteligentes para seniores, melhorando a funcionalidade habitacional e a qualidade de vida dos idosos.

Capítulo XXVI. Florescimento da cultura e do desporto

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 114 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, no que concerne à valorização das características culturais de Macau, foram recolhidas 32 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, reforçar a salvaguarda e revitalização dos edifícios históricos e do património cultural, aperfeiçoando o “Plano de Apoio Financeiro para a Beneficiação de Edifícios Históricos” e simplificando os procedimentos de requerimento; impulsionar a integração entre as indústrias culturais e criativas e a indústria turística recorrendo às tecnologias científicas; fortalecer a transmissão do património cultural intangível, da história oral e do desenvolvimento das propriedades

intelectuais (IP); aperfeiçoar as instalações dedicadas ao teatro cantonês, consolidando a educação artística e cultural no seio da comunidade escolar e aprofundando a identidade cultural e a sua transmissão entre gerações.

Segundo, relativamente ao reforço da construção dos elementos físicos e não físicos da cultura, foram recolhidas 29 opiniões, das quais a maioria aponta que o Governo deve, nomeadamente, intensificar o apoio às instituições e aos talentos das áreas da cultura e da arte; impulsionar a construção de equipamentos culturais de grande e média dimensão destinadas às artes performativas e de pavilhões multifuncionais cobertos de funcionamento contínuo; integrar múltiplas funções nas novas instalações culturais, reforçando o plano de gestão e operação; e criar um ecossistema para as indústrias culturais e criativas, promovendo a literacia artística de toda a população.

Terceiro, quanto ao fomento do desenvolvimento do desporto competitivo e desporto para todos, foram recolhidas 45 opiniões, das quais a maioria propõe aperfeiçoar os mecanismos de captação de talentos e de formação para treinadores, intensificando a construção da equipa escalonada dos atletas juvenis; desenvolver modalidades emergentes, como o desporto electrónico e o automobilismo; apoiar os atletas no desenvolvimento de toda a sua carreira profissional, com suporte sólido para transição e reinserção profissional após a retirada atlética; impulsionar a notoriedade desportiva de Macau; e melhorar as instalações desportivas para a população em geral, criando mais recintos desportivos cobertos e ao ar livre.

Capítulo XXVII. Apoio ao crescimento e desenvolvimento dos jovens

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 147 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à optimização do sistema da política de juventude, foram recolhidas 9 opiniões, das quais uma parte aponta para a necessidade de, nomeadamente, otimizar a Política de Juventude, criando um modelo de apoio consoante a faixa etária e de prestação de serviços ao longo de todo o ciclo de vida; criar uma plataforma integrada de indústria e ensino, formando quadros qualificados interdisciplinares e promovendo o emprego transfronteiriço entre Macau e Hengqin; e melhorar a qualidade de emprego e a sensação de felicidade dos jovens, concretizando o alinhamento da formação de quadros qualificados com as necessidades industriais.

Segundo, no que toca ao impulso ao crescimento integral dos jovens, foram recolhidas 114 opiniões, das quais a maioria aponta para o dever de, nomeadamente, aperfeiçoar o sistema de apoio de “quatro níveis” ao desenvolvimento dos jovens, no sentido de reforçar a articulação entre as diferentes fases incluindo estudo, estágio, emprego e desenvolvimento; promover os cursos de “microcredenciais” e as acções de formação por encomenda, aperfeiçoando o sistema de apoio ao emprego e ao empreendedorismo dos jovens; reforçar o apoio psicológico aos jovens; e atender a questões relacionadas com os jovens, como a habitação, o apoio ao casamento e à parentalidade e o *stress* no ambiente de trabalho.

Terceiro, relativamente ao encorajamento aos jovens na participação na construção da sociedade, foram recolhidas 14 opiniões, das quais uma parte sugere alargar os canais de participação social dos jovens, criando um mecanismo de carácter regular de consulta aos jovens e que permite a sua participação em procedimentos de elaboração de políticas, assim como incentivando a participação dos mesmos em acções de voluntariado e nos processos de tomada de decisão ao nível comunitário; aprofundar o intercâmbio entre Macau e Henqgin, promovendo o envolvimento dos jovens na construção da Zona de Cooperação; e criar um mecanismo de recolha das opiniões dos jovens, aumentando canais de expressão de opiniões para os jovens.

8. Título VIII. Construção de uma Macau bela e inteligente

Capítulo XXVIII. Optimização do planeamento urbanístico

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 71 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, no âmbito do melhoramento contínuo do planeamento urbanístico, foram recolhidas 26 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, aperfeiçoar o sistema de planeamento urbanístico, promovendo o modelo de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Público (TOD); promover de forma proactiva os trabalhos de elaboração dos planos de pormenor das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG); aproveitar os recursos de solo limitados, potenciando as vantagens de Macau enquanto uma cidade “pequena e de alta qualidade”; e promover a economia das fronteiras, melhorando a imagem geral da cidade.

Segundo, relativamente ao reforço da gestão dos recursos de solo, foram recolhidas 30 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, fortalecer o mecanismo de reserva de terrenos, aumentando a eficiência no aproveitamento dos terrenos e a transparência da sua gestão; promover o modelo dualista “planeamento do aproveitamento + utilização provisória” para revitalizar os terrenos desaproveitados ou em situação transitória; melhorar a distribuição dos equipamentos de interesse público; proceder à distribuição racional das áreas destinadas a actividades logísticas e de construção, entre outras actividades; e impulsionar a criação de uma plataforma de gestão digital para concretizar a gestão precisa e inteligente dos espaços urbanos.

Terceiro, quanto ao reforço da gestão e do aproveitamento das áreas marítimas, foram recolhidas 6 opiniões, das quais uma parte aponta para o dever de, nomeadamente, planear e aproveitar os recursos marítimos de forma científica, fortalecendo o sistema de gestão das áreas marítimas; promover a economia de cruzeiros, desenvolvendo o turismo de iates e linhas marítimas transfronteiriças; explorar a criação de um centro de comércio de sumidouros de carbono marinhos para os países de língua portuguesa; e fomentar a sinergia entre Macau e Hengqin no planeamento da economia marítima, criando um sistema industrial marítimo moderno, eficiente e integrado com outras indústrias e espaços urbanos.

Capítulo XXIX. Aceleração da construção urbana

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 358 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, quanto ao impulso à renovação urbana e revitalização dos bairros antigos, foram recolhidas 243 opiniões, das quais a maioria aponta para o dever de, nomeadamente, promover a renovação urbana mediante os modelos de “revitalização por zonas” e “micro-reabilitação”; aperfeiçoar o enquadramento legal e mecanismos de apoio, disponibilizando benefícios fiscais e criando mecanismos de incentivo à integração de propriedades; proceder à avaliação de riscos a edifícios envelhecidos e degradados; revitalizar os bairros antigos, tais como a Ilha Verde e o Porto Interior; criar uma entidade especializada que coordene os recursos e procedimentos interdepartamentais; estimular a sociedade civil para a participação nos projectos de renovação urbana; proceder à revitalização dos terrenos desaproveitados conjugada com a conservação do património cultural; e aperfeiçoar o mecanismo de comunicação com a população para aumentar o seu conhecimento e a participação na renovação urbana.

Segundo, relativamente à optimização da construção das instalações municipais e das infra-estruturas, foram recolhidas 79 opiniões, das quais a maioria aponta para a necessidade de, nomeadamente, promover a construção de uma cidade inteligente e ecológica; aprofundar a gestão ambiental, a aplicação da inteligência artificial, a partilha de dados e a gestão inteligente; aperfeiçoar as infra-estruturas de drenagem e contra inundações; fomentar a construção de espaços verdes verticais, das áreas de lazer multifuncionais e dos equipamentos de acessibilidade; optimizar as instalações comunitárias, criando um ambiente urbano acolhedor para todas as idades; e melhorar a imagem da cidade, procedendo à revisão do “Regulamento Geral dos Espaços Públicos”.

Terceiro, no que concerne à salvaguarda do fornecimento estável e seguro de energia, foram recolhidas 24 opiniões, das quais a maioria aponta para a necessidade de, nomeadamente, melhorar a segurança e resiliência do sistema energético; acelerar a construção de instalações de reserva de emergência de gás natural; promover de forma contínua o desenvolvimento e a actualização das redes eléctricas inteligentes; fortalecer a articulação energética transfronteiriça com o Interior da China, promovendo a cooperação regional na utilização de electricidade de fontes renováveis e no mecanismo de incentivo à redução de carbono; desenvolver energias limpas, nomeadamente, o hidrogénio e a energia solar fotovoltaica; e aperfeiçoar o quadro jurídico e os mecanismos de supervisão na área energética.

Capítulo XXX. Optimização de gestão de tráfego

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 280 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente ao melhoramento das redes de tráfego terrestre, foram recolhidas 155 opiniões, das quais a maioria aponta para a necessidade de, nomeadamente, melhorar a rede de transporte terrestre com a maior brevidade possível, acelerando a construção da extensão das linhas leste, oeste e sul do metro ligeiro; ligar o Posto Fronteiriço Hengqin à rede do metro ligeiro, aprimorando a articulação com as paragens de transporte público nas proximidades e impulsionando a distribuição do Eixo Central Macau-Hengqin e das ligações marítimas; otimizar a rede rodoviária para os autocarros e as respectivas faixas exclusivas,

implementando a triagem entre as faixas próprias de residentes e de turistas; intensificar o controlo do estacionamento ilegal, promovendo o estacionamento inteligente e a construção de parques de estacionamento tridimensionais; aperfeiçoar as instalações de passagem pedonal e o sistema pedonal sem barreiras; e coordenar as obras nas ruas para reduzir escavações repetidas, aumentando a segurança rodoviária e a eficiência de circulação.

Segundo, relativamente à criação de uma rede de transportes marítimos e aéreos mais eficiente e conveniente, foram recolhidas 25 opiniões, das quais a maioria aponta para o dever de, nomeadamente, aprofundar a cooperação no âmbito do transporte fronteiriço, promovendo o serviço integrado de *check-in* e transporte combinado; construir um terminal de carga “*Upstream*” e instalações para os passageiros efectuarem o *check-in* antecipado nos postos fronteiriços de Hengqin e da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, concretizando uma ligação intermodal ininterrupta e melhorando a eficiência de trânsito e a experiência de turistas; intensificar a frequência das partidas na rota marítima entre Wanzai e o Porto Interior; ligar as redes de transporte combinado multimodal - terrestre, marítimo e aéreo; acelerar a construção de infra-estruturas de transporte combinado multimodal no Porto de Pac On para fortalecer a articulação do transporte marítimo-aéreo; aprimorar a atribuição de direitos de tráfego aéreo e a organização de voos, alargando a rede de rotas internacionais; desenvolver a economia de baixa altitude, em concertação com Zhuhai; promover, em simultâneo, as obras de expansão do Aeroporto Internacional de Macau e a actualização do sistema de passagem fronteiriça inteligente; e aumentar plenamente a influência irradiante de Macau enquanto *Hub* de Transporte

Aéreo Internacional na margem oeste do Rio das Pérolas e a sua capacidade de movimentação de passageiros e carga.

Terceiro, relativamente ao desenvolvimento de um sistema de transporte conveniente e sustentável, foram recolhidas 31 opiniões, das quais a maioria aponta para o dever de, nomeadamente, otimizar, de forma sistemática, a concepção das estradas e os diplomas legais no âmbito rodoviário; impulsionar a construção do Sistema de Tráfego Inteligente, fortalecendo a gestão do tráfego e a eficiência no exercício do poder de autoridade neste âmbito; aprimorar o planeamento dos trajectos dos autocarros e o mecanismo de transição e ligação, consolidando a conexão ininterrupta do metro ligeiro com o autocarro e o sistema pedonal; incentivar os serviços de chamada de transportes através de plataformas *online*, elevando a taxa de cobertura de transportes acessíveis; melhorar a distribuição das passadeiras e a concepção do ambiente pedonal; reorganizar os locais onde ocorrem acidentes de viação com frequência; e reforçar o controlo do estacionamento ilegal e o exercício oportuno do poder de autoridade neste âmbito.

Capítulo XXXI. Reforço da protecção ecológica

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 84 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à conservação abrangente do ambiente ecológico e dos recursos naturais, foram recolhidas 33 opiniões, das quais a maioria aponta para a necessidade de, nomeadamente, estabelecer indicadores quantitativos de protecção ambiental; consolidar a construção

do sistema de monitorização da emissão de dióxido de carbono; desenvolver com empenho as energias renováveis, como a solar e a fotovoltaica; promover a utilização de veículos eléctricos, aperfeiçoando, ao mesmo tempo, a rede de infra-estruturas de carregamento; consciencializar a conservação ecológica, avançando com as obras de recuperação das zonas húmidas e a protecção do ecossistema de mangais; encorajar a construção de uma comunidade verde, disponibilizando instalações amigas de animais de estimação; aprofundar a sinergia ecológica Macau-Hengqin, impulsionando a cooperação verde transfronteiriça; e aperfeiçoar o sistema normativo no âmbito da protecção ambiental, pondo em prática o mecanismo de monitorização conjunta.

Segundo, relativamente à aceleração da construção de uma sociedade de reciclagem e economizadora de recursos, foram recolhidas, no total, 36 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, reforçar o tratamento sinérgico dos resíduos sólidos transfronteiriços; otimizar e elevar a taxa de reciclagem dos recursos; aperfeiçoar o sistema da economia circular, promovendo a popularização dos veículos eléctricos e a aplicação das construções verdes; fortificar a cooperação interdepartamental coordenada, enriquecendo a respectiva base normativa; estabelecer indicadores de redução de carbono; e promover a construção sinérgica da “Grande Baía com Zero Resíduos”, acelerando a concretização do pico de emissão de carbono.

Terceiro, relativamente ao aprofundamento da cooperação regional em matéria de protecção ambiental, foram recolhidas, no total, 4 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, impulsionar o desenvolvimento da energia fotovoltaica, eólica e eléctrica *offshore*; criar

um fundo específico para o desenvolvimento verde, otimizando os padrões técnicos verdes e as normas de avaliação ESG; aproveitar as vantagens do princípio “um país, dois sistemas” e da plataforma de ligação com os países de língua portuguesa, em prol da estratégia de “duplo carbono”.

9. Título IX. Aprofundamento da integração e do serviço à conjuntura do desenvolvimento nacional

Capítulo XXXII. Reforço do intercâmbio e da cooperação com o Interior da China e Hong Kong

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 84 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à participação activa na construção de alta qualidade da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, foram recolhidas 61 opiniões, das quais a maioria propõe, nomeadamente, criar um mecanismo de coordenação de alto nível; articular proactivamente com as cidades turísticas da Grande Baía, inserindo os eventos culturais, festivos e desportivos de Macau num enquadramento turístico mais amplo; consolidar a cooperação com as cidades como Cantão, Shenzhen e Hong Kong, nomeadamente, na investigação científica conjunta, transformação de resultados, intercâmbio de quadros qualificados e incubação inovadora; promover o desenvolvimento agrupado das indústrias “1+4”; e aprimorar ainda mais o mecanismo de agendamento da “Circulação de veículos de Macau na Província de Guangdong”, acrescentando vagas de forma adequada.

Segundo, relativamente ao aprofundamento da cooperação com as províncias, regiões autónomas e municípios do Interior da China, foram recolhidas 14 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, fortalecer a comunicação com as demais cidades do Interior da China; intensificar o intercâmbio e a cooperação com os jovens do Interior da China, aprofundando a colaboração diversificada entre as duas partes; tornar Macau, enquanto janela virada para o mundo, numa plataforma expositora das empresas de qualidade do Interior da China, consubstanciando, ao servir para o desenvolvimento nacional, o posicionamento próprio de Macau e a respectiva promoção.

Terceiro, relativamente ao reforço da cooperação entre Hong Kong e Macau, foram recolhidas, no total, 6 opiniões, das quais uma parte aponta para a importância de, nomeadamente, Macau e Hong Kong aproveitarem os recursos que lhes são inerentes, contribuindo, em conjunto, para a amplitude e profundidade da estratégia estatal de abertura ao exterior e alcançando benefícios mútuos nos seus serviços à conjuntura do desenvolvimento nacional; intensificar a comunicação entre Hong Kong e Macau em sede de tráfego e transporte; criar um mecanismo de intercâmbio entre os quadros qualificados de Hong Kong e de Macau; e estabelecer mutuamente delegação em Macau e em Hong Kong.

Capítulo XXXIII. Estabelecimento de uma plataforma relevante para a abertura de alto nível do país ao exterior

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 134 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à expansão das funções e do conteúdo da plataforma sino-lusófona/hispânica, foram recolhidas 110 opiniões, das quais uma parte propõe, designadamente, estender as actividades tradicionais de comércio promovidas na plataforma sino-lusófona a uma cooperação plenamente abrangente, que envolva, sobretudo, as áreas económico-comercial, financeira, jurídica, cultural e científica; aprofundar a construção de uma plataforma financeira entre a China e os países de língua portuguesa, com vista a expandir o intercâmbio e a cooperação científico-tecnológica entre as partes; impulsionar o intercâmbio cultural entre a China e os países de língua portuguesa, optimizando a formação de quadros qualificados bilingues em chinês e português e formando prioritariamente quadros qualificados em português ou espanhol, com os conhecimentos jurídicos, financeiros, contabilísticos ou no âmbito da propriedade intelectual.

Segundo, relativamente à participação profunda na construção conjunta de “Uma Faixa, Uma Rota” de alta qualidade, foram recolhidas 12 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, posicionar Macau como uma plataforma de internacionalização e intercâmbio de padrões de engenharia nacionais, uma janela demonstrativa de infra-estruturas inteligentes verdes e um porto exportador de serviços de engenharia ao abrigo da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”; fundar uma marca de conferência internacional no âmbito da mesma iniciativa, aproveitando o apoio da rede da comunidade chinesa espalhada pelo mundo; e aprofundar a interconexão e a interligação de infra-estruturas, bem como a cooperação nas áreas de finanças modernas e de *big health* da

medicina tradicional chinesa, com os países abrangidos na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e os países de língua portuguesa.

Terceiro, relativamente à intensificação da geminação de cidades e reforço do intercâmbio e cooperação com o exterior, foram recolhidas 4 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, promover a celebração da Convenção para Evitar a Dupla Tributação (DTA, na sigla inglesa) com mais países de língua portuguesa ou espanhola, alargando a rede de cooperação em matéria fiscal internacional; aditar um capítulo especificamente destinado à abordagem sobre o intercâmbio da RAEM com o exterior; e elevar a acessibilidade internacional de Macau, procurando obter privilégios de isenção de vistos para a entrada de residentes de Macau em mais países de língua portuguesa e aprofundando a cooperação com os países do sudeste asiático nas áreas de aviação civil, turismo, convenções e exposições.

Capítulo XXXIV. Criação de uma janela importante para o intercâmbio e aprendizagem mútua entre as civilizações sino-ocidentais

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 60 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente ao aperfeiçoamento do mecanismo de trabalho para a construção de “uma base”, foram recolhidas 15 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, integrar os quadros qualificados artísticos locais de alto nível, elaborando uma orientação para a internacionalização cultural; dispor com precisão os recursos culturais,

no sentido de criar uma marca internacional da cultura de Macau; convidar os jovens europeus e americanos para visitar Macau, atraindo os jovens de todo o mundo através da cidade universitária; e que o Governo conceda apoios financeiros de pequena importância para incentivar a organização, por iniciativa da própria comunidade, das actividades culturais, traçando um mapa dos recursos culturais de cada bairro.

Segundo, relativamente à potencialização da vantagem da confluência sino-ocidental, foram recolhidas 19 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, criar uma propriedade intelectual cultural neo-urbana com características de Macau, divulgando junto do exterior as propriedades intelectuais locais, através da modelação digital e da produção de vídeos curtos e animés, de modo a desbloquear o acesso aos mercados da Grande Baía e dos países de língua portuguesa; indagar com profundidade a raiz da cultura chinesa, incubando marcas culturais originais com características da confluência sino-ocidental e impulsionando o desenvolvimento das indústrias culturais com recurso à tecnologia digital e aos novos meios de comunicação; e reforçar a conservação das culturas das diversas comunidades existentes, enriquecendo a densidade cultural de Macau enquanto uma cidade internacional.

Terceiro, relativamente à promoção do intercâmbio humanístico internacional, foram recolhidas 15 opiniões, das quais uma parte propõe, nomeadamente, convidar artistas e académicos dos países de língua portuguesa, da ASEAN, da Europa e da América Latina para residir em Macau a exercer as suas actividades artísticas; realizar anualmente palestras internacionais de aprendizagem mútua entre as civilizações, integrando a cooperação educacional e o intercâmbio académico na

estratégia global de abertura ao exterior de Macau; e promover a internacionalização da cultura de Macau, desenvolvendo uma plataforma de tradução e edição cultural sino-lusófona, bem como expandindo a difusão dos resultados académicos de Macau a nível internacional.

10. Título X. Medidas de garantia para a implementação do Plano

Capítulo XXXV. Reforço da articulação e coordenação do Plano

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 25 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à consolidação da articulação e coordenação com os planos nacionais específicos e os planos regionais, foram recolhidas 15 opiniões, das quais uma parte aponta para a importância de, nomeadamente, assegurar uma boa articulação com o 15.º Plano Quinquenal Nacional no que diz respeito aos objectivos, matérias e mecanismos, em prol da boa elaboração do 3.º Plano Quinquenal; reforçar o planeamento global, garantindo uma articulação de alto nível em termos da orientação estratégica; tomar como directriz fundamental as necessidades do país e as vantagens de Macau; e consolidar a análise alinhada e a comparação horizontal com o 1.º Plano de Desenvolvimento Quinquenal de Hong Kong.

Segundo, relativamente ao reforço da articulação e coordenação do Plano, foram recolhidas 5 opiniões, das quais uma parte aponta para o dever de, nomeadamente, otimizar a articulação dos indicadores do plano com as estatísticas sectoriais, tomando por referência a prática do 15.º Plano Quinquenal Nacional, fixar indicadores concretos ou de intervalo

para cada área prioritária, nomeadamente, no que se refere ao valor acrescentado e peso das principais indústrias emergentes, ao desenvolvimento industrial sinérgico entre Macau e Hengqin, às investigações e investimentos, assim como à estrutura dos turistas internacionais, a fim de reforçar a função orientadora das políticas e a susceptibilidade da respectiva avaliação.

Capítulo XXXVI. Aperfeiçoamento do mecanismo de implementação do Plano

Relativamente ao conteúdo deste capítulo, foi recolhido um total de 87 opiniões. Segue-se o resumo das opiniões e sugestões mais representativas:

Primeiro, relativamente à concretização e implementação da responsabilização das entidades, foram recolhidas 10 opiniões, das quais uma parte aponta para o dever de, nomeadamente, tomar como ponto de partida os trabalhos prioritários e os projectos relevantes, implementando-os com medidas complementares concretas; concretizar o mecanismo da distribuição de diferentes níveis de responsabilidade e de avaliação, especificando o responsável por cada área, bem como o percurso e o momento de execução, desencadeando avaliações regulares com base nos indicadores quantitativos e garantindo o cumprimento rigoroso das responsabilidades; definir com nitidez, no que concerne aos indicadores obrigatórios, a repartição das tarefas em função das responsabilidades, criando uma lista de tarefas e um mecanismo de monitorização e avaliação em tempo real e alinhando a avaliação do plano com o desempenho de serviços; e delimitar as entidades responsáveis e de colaboração.

Segundo, relativamente ao reforço da avaliação e supervisão sobre a implementação, foram recolhidas 46 opiniões, das quais uma parte aponta para o dever de, nomeadamente, criar uma entidade de execução e coordenação do 3.º Plano Quinquenal, que superintende periodicamente o ritmo de concretização de cada indicador; estabelecer um mecanismo de avaliação anual e de revisão e ajustamento a médio prazo; introduzir uma avaliação independente de terceira parte, incorporando, consoante as necessidades práticas, a participação dos representantes, especialistas e académicos dos respectivos sectores, assim como dos membros representativos de conselhos consultivos e associações populares, de modo a reforçar a confiança do público e a objectividade; consolidar a criação de um mecanismo que sustenta a participação social, comentários e avaliação de resultados; e aperfeiçoar o mecanismo de implementação e conversão em diferente níveis do plano.

Terceiro, relativamente ao reforço da garantia da coerência política, foram recolhidas 20 opiniões, das quais uma parte aponta para o dever de, nomeadamente, aperfeiçoar o mecanismo de garantia financeira para a implementação do plano, optimizando a estrutura das despesas financeiras, dando prioridade, designadamente, ao investimento no âmbito da defesa da segurança nacional, da garantia da vida da população e do desenvolvimento juvenil; orientar capitais privados na participação dos projectos referentes à vida da população, com o objectivo de aumentar a eficácia da utilização dos fundos; lançar políticas de incentivo complementares com efeitos substanciais no âmbito de benefícios fiscais e financeiros; consolidar as garantias e bases legais; criar mais mecanismos de avaliação de riscos específicos da área financeira; assegurar a concessão

de terrenos em Hengqin para o aproveitamento prioritário por parte de instituições de ensino superior, organismos de investigação científica e sectores prioritários de Macau; e explorar a inovação dos regimes de circulação transfronteiriça de dados, capital e quadros qualificados entre Macau e Hengqin.

Conclusão

O 3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2026-2030) implementa plenamente o espírito consagrado nos importantes discursos do Senhor Presidente Xi Jinping durante a sua visita a Macau, articula-se proactivamente com o 15.º Plano Quinquenal do País e com os planos de desenvolvimento da Província de Guangdong, da Região Administrativa Especial de Hong Kong e da Cidade de Zhuhai, concretiza o Programa Político do Chefe do Executivo, alinha-se com o 2.º Plano Quinquenal de Macau, traça um esboço grandioso e claro para o desenvolvimento de Macau nos próximos cinco anos e constitui um documento orientador fundamental para a acção governativa do Governo da RAEM, bem como uma direcção e um objectivo comum de esforço de todos os sectores da sociedade e da população em geral.

Na presente consulta pública, a sociedade em geral e os cidadãos manifestaram activamente as suas opiniões e sugestões. As opiniões e sugestões viáveis e consensuais foram integradas no texto oficial do Plano, enquanto as não incluídas servirão de referência para a acção governativa futura.

Por último, agradecemos sinceramente a todos os sectores da sociedade e à população em geral pela sua activa participação e pelas valorosas contribuições prestadas!

